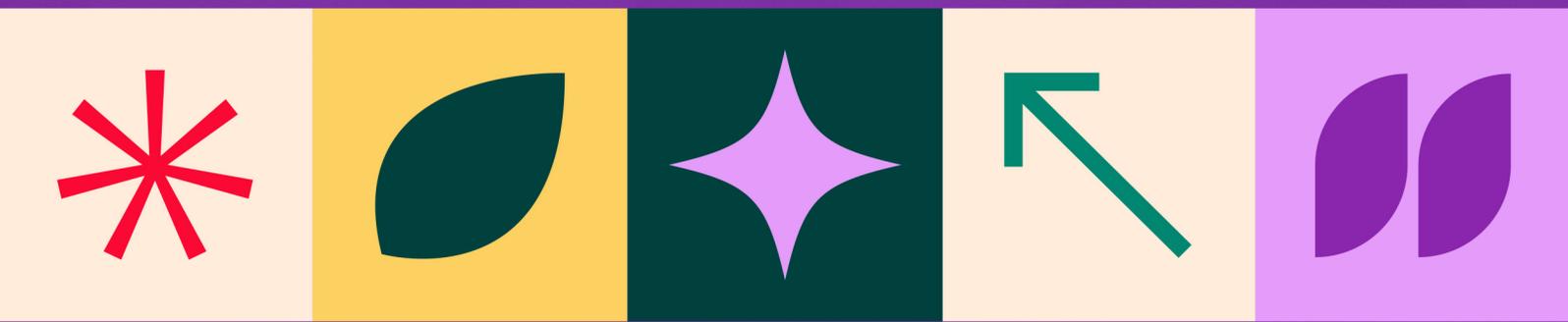


MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA 2024-2026

Candidatura de Sofia Pereira
a Secretária-Geral da
Juventude Socialista





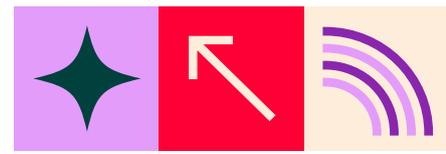
É A HORA!

Candidatura de Sofia Pereira
a Secretária-Geral da
Juventude Socialista





MENSAGEM DA CANDIDATA



Caras e caros camaradas,

Com orgulho nos nossos militantes e na nossa história, com olhos postos no futuro e nos desafios do nosso país e do planeta, sou candidata a Secretária-Geral da Juventude Socialista!

Vivemos numa sociedade polarizada onde a nova sociedade da informação, a internet, as redes sociais e os seus próprios algoritmos, promovem e monetizam a discórdia. Numa altura em que tantos defendem o egoísmo, o “cada um por si”, o mérito individual, acredito que a liberdade depende da igualdade e da justiça, que precisamos de solidariedade e de oportunidades iguais e que vamos, todos, mais longe se formos juntos.

É esta a essência da Juventude Socialista. Ideias face ao pessimismo. Causas face à retórica e demagogia. Ambição face ao cinismo. Políticas públicas inteligentes face às frases feitas. Não procuramos o post viral, nem dedicamos a nossa candidatura a falar da extrema-direita. Aqui combatemos o extremismo e o egoísmo com a força das nossas ideias, não os alimentamos, nem procuramos espaço mediático à sua custa.

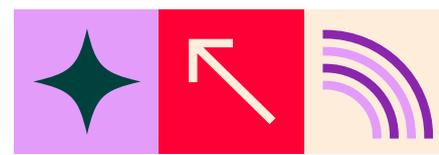
Não nos deixemos iludir pelas promessas de uma nova política que não é mais da mesma receita, pelos mesmos de sempre. Não inventamos narrativas de discórdia, de política menor e de ressentimento. Seremos sempre livres, porque somos obreiros de um projeto comum, que sabe que não há liderança sem empatia, proximidade e valores.

A nossa batalha não é fácil. Temos uma juventude marcada pela dificuldade de acesso à habitação e pelos baixos salários que impedem a construção de um futuro à altura do nosso talento. Como é que podemos aceitar que os nossos sonhos fiquem reféns de uma economia que privilegia a especulação e o lucro rápido, em vez da dignidade humana? Não podemos permitir que nos condenem ao desalento, à resignação e ao conformismo. É a hora de dizer não à precariedade, aos salários baixos, à especulação imobiliária que nos empurra





MENSAGEM DA CANDIDATA



para fora das nossas cidades e para fora do nosso próprio país, que nos obriga a gastar mais de metade do nosso salário para ter um teto.

Mas o nosso desafio não é apenas económico. As feridas da injustiça social também estão à vista na violência que recai sobre comunidades marginalizadas, nas décadas de exclusão que continuam a ser reproduzidas em silêncio. Precisamos de uma Juventude Socialista que não hesite em enfrentar essas desigualdades, que não tema denunciar as injustiças estruturais que muitos tentam varrer para debaixo do tapete. Lutamos por um país que se orgulhe das suas diferenças e que respeite cada pessoa.

E enquanto a emergência climática se agrava e o planeta chega a um ponto de rutura, a Juventude Socialista deve assumir uma postura firme. É impossível ignorar que o futuro do planeta está a ser comprometido pela ganância de alguns. Precisamos de políticas climáticas ambiciosas e de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, onde a transição climática não seja uma moda passageira, mas um compromisso firme com as gerações futuras.

Em todas estas lutas, acredito num Estado Social robusto, que nos segura e nos eleva, onde ninguém é deixado para trás e onde cada pessoa, independentemente da sua origem, tem uma oportunidade. O Estado Social, os lugares públicos que constroem uma comunidade, como a âncora deste projeto político.

É esta a Juventude Socialista que eu acredito: o início de uma política positiva, propositiva e ambiciosa. A olhar para o futuro. Combatemos o extremismo e o egoísmo com a força das nossas ideias. Somos obreiros e obreiras de um projeto coletivo, assente em valores sólidos, que se compromete a construir um país progressista, ecologista, feminista e socialista. Um país novo, onde ser jovem seja sinónimo de esperança e não de resignação.

Este é o espírito desta Moção Global de Estratégia, construída por centenas de militantes de todo o país, que deram tempo do seu tempo a este projeto que é de todos e cada um de nós. Esta candidatura não é um projeto individual; é a expressão de um coletivo que acredita no poder da Juventude Socialista para transformar o presente e construir o futuro. **É mesmo a nossa hora!**



MENSAGEM DA CANDIDATA



Para as contrariedades do nosso tempo, há sempre uma resposta. Durante muitos anos a política recusou a ambição em favor das meias medidas, das pequenas alterações, das bonificações e dos vouchers. Recusamos a política pouco ambiciosa. Queremos evocar o espírito que levou o homem à lua, que reconstruiu a Europa, que criou o Serviço Nacional de Saúde, que estruturou um ensino tendencialmente gratuito. Uma política que ambiciona soluções que efetivamente resolvem os problemas comuns.

Onde o sonho anda de mão dada com a nossa ação, onde cada militante contribui para este projeto coletivo.



***De cravo ao
peito e de
punho erguido,
reafirmamos
o nosso
compromisso!***

***É a hora de Portugal.
É a hora da Juventude
Socialista.
É a hora da nossa
geração.***

Sofia Pereira
Militante n.º - 130400



ÍNDICE

01. Viva o Trabalho e os Trabalhadores!.....	5
02. Casa para Morar	10
03. Ambição Climática	14
04. Livres e Iguais	21
05. Um País à altura do nosso talento!.....	26
06. Crescimento Azul	31
07. Educação sem Barreiras.....	35
08. A nossa maior garantia.....	40
09. Interligar Portugal.....	45
10. Unir Latitudes.....	49
11. O importante não é viver, mas viver bem!	55
12. Bella Ciao.....	60
13. No Justice, no Peace.....	63
14. Militância 24/7.....	67





Viva o Trabalho e os Trabalhadores!

TRABALHO



*“ Larga ó pescador
O que tens na mão
Que o peixe que levas
É do teu patrão ”*

Ó VILA DE OLHÃO,
JOSÉ AFONSO





“Se os trabalhadores se organizarem, tudo o que têm de fazer é pôr as mãos nos bolsos e terão a classe capitalista dominada”

BILL HAYWOOD

Viva o Trabalho e os Trabalhadores!

Um mundo do trabalho injusto, com relações laborais assimétricas, onde o poder que os trabalhadores detêm no seio das empresas e o grau de participação nos locais de trabalho são asfixiados pelo poder económico e disciplinar que o empregador possui. Prova disso mesmo são os níveis de sindicalização, num mínimo histórico de 7%, a redução significativa do número de comissões de trabalhadores, em todos os setores de atividade, e a baixa inclusão de trabalhadores nos órgãos de decisão das empresas. A concentração de riqueza em poucos continua a avolumar-se e só o Estado tem capacidade de redistribuir e repor alguma justiça na forma como o capitalismo atual distribui e concentra riqueza e recursos. Ao mesmo tempo, os salários não crescem ao ritmo desejado, estando a média salarial ainda muito

distante dos demais países europeus e o salário mínimo, apesar do notável crescimento registado nos últimos governos do Partido Socialista, não é suficiente para afastar os trabalhadores da pobreza. Há, ainda, milhares de trabalhadores, das plataformas digitais aos profissionais liberais, que vivem em precariedade, sem direitos, como férias, licenças e proteção no despedimento, que geram incerteza e instabilidade no seu futuro. É preciso revolucionar o trabalho em Portugal. **É a Hora!**

SALÁRIOS



Atualização automática dos salários em linha com a inflação e produtividade

Atualização na Função Pública, em cumprimento do acordo plurianual em vigor, e através de acordos na Concertação Social em linha com a inflação, para impedir perdas de poder de compra, e produtividade, para incentivar os trabalhadores e garantir que os incrementos produtivos são equitativamente distribuídos.



VIVA O TRABALHO E OS TRABALHADORES!

CAPÍTULO 01



* SALÁRIOS

Aumento do Salário Mínimo

Aumentar a retribuição mínima mensal garantida para 1200 euros até 2028.

* SALÁRIOS

IRS mais justo

Rever as tabelas de IRS e retenção na fonte, num compromisso de reduzir impostos à classe média e subir a quem tem rendimentos anuais superiores a 100 mil euros.

* SALÁRIOS

IRS Jovem

Aprofundar o IRS Jovem, em consonância com matriz constitucional, procurando corrigir injustiças e aprofundar o modelo.

* EMPREGO

Programa Pleno Emprego Jovem

Estabelecer um programa de pleno emprego dedicado aos jovens, que vise a criação de programas de introdução de jovens ao mercado de trabalho, em conjunto com as universidades, de modo a facilitar a sua entrada no mercado e a procura do 1º emprego, sobretudo para jovens NEET.

* EMPREGO

Programa de Fomento do Trabalho Técnico e Especializado

Criar um programa de trabalho técnico e especializado, procurando colocar os jovens formados a trabalhar nas suas respectivas áreas de estudo, com apoios públicos para a criação desses postos de trabalho e previsão de um estatuto especial para estes trabalhadores.

* FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Formação Contínua para Jovens

Apostar na formação contínua dos jovens trabalhadores e que esta seja feita em horário expediente, de forma a assegurar uma economia mais competitiva e que preserve o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, reforçando os meios de fiscalização.

* FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Reconversão Profissional

Estimular a formação profissional, com o objetivo da reconversão profissional de trabalhadores, de modo a garantir a manutenção do emprego, essencialmente em setores de elevada evolução tecnológica.

* DISTRIBUIÇÃO

Dividendos justamente distribuídos

Implementar mecanismos de distribuição de dividendos aos trabalhadores, nomeadamente através da aquisição de participações sociais pelos trabalhadores, de forma a mitigar a assimetria entre capital e trabalho, aumentar a motivação dos trabalhadores e, conseqüentemente, a sua produtividade.

* DISTRIBUIÇÃO

Limitação Proporcional dos Salários

Criar mecanismos de limitação proporcional de salários dentro de cada organização empresarial, pública ou privada, considerando para esse efeito um salário como o montante resultante de todas as prestações atribuídas em dinheiro ou em espécie a um trabalhador.



VIVA O TRABALHO E OS TRABALHADORES!

CAPÍTULO 01



* ESTÁGIOS

Fim dos estágios não remunerados e sem direitos

Pugnar pelo fim dos estágios não remunerados e previsão do direito a férias e licenças para os trabalhadores estagiários.

* SINDICALISMO

Participação dos Trabalhadores

Assegurar a participação dos trabalhadores nos Conselhos de Administração das médias e grandes empresas, bem como garantir o envolvimento dos trabalhadores nas decisões das pequenas e microempresas.

* SINDICALISMO

Sindicalismo nas Escolas

Introduzir o estudo no programa da disciplina de Educação para a Cidadania e o lançamento de campanhas sobre sindicalismo nas escolas.

* SINDICALISMO

Sindicalismo Rejuvenescido

Valorizar acordos plurianuais vigentes, inclusão de cláusulas de informação sindical obrigatória para todos, organização dos Estados Gerais do Sindicalismo para fomentar o debate público e criação de um Programa Nacional de Incentivo à Sindicalização para aumentar a representatividade sindical.

* SINDICALISMO

Contratação Coletiva para todos

Promover a regulamentação do direito à representação coletiva dos trabalhadores

independentes, assegurando o acesso destes trabalhadores à negociação coletiva.

* SINDICALISMO

Meios de Resolução Alternativa de Conflitos de Trabalho

Reforçar o enquadramento legal e o papel dos meios alternativos de resolução de conflitos em matérias laborais.

* ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estágios na Administração Pública

Reformar Estágios APXXI e Estágios PEPAL, assegurando a criação de um lugar no mapa de pessoal da entidade para o estagiário poder optar celebrar contrato de trabalho, mediante avaliação positiva da entidade empregadora.

* ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Teletrabalho na Administração

Alterar a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas de modo a facilitar a adoção do teletrabalho pelas organizações, expandindo as situações de teletrabalho obrigatório, servindo como exemplo e guia para o privado.

* ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Revisão das Carreiras

Rever as carreiras gerais, especiais e não revistas, valorizando-as e tornando-as mais atrativas.



VIVA O TRABALHO E OS TRABALHADORES!

CAPÍTULO 01



* ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capacitação da Administração Pública

Investir na capacitação dos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente na digitalização do trabalho, bem como no investimento de formações para os direitos humanos, cidadania e igualdade dentro do seio dos serviços públicos.

* ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Especializar e qualificar o serviço público e o planeamento de políticas públicas

Aprofundar e desenvolver os centros de competências, de modo a capacitar e especializar os funcionários da Administração Pública.

* ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Revisão do SIADAP

Aprovar um novo SIADAP de mais rápida progressão, alicerçado em critérios objetivos e alargamento das quotas.

* CONCILIAÇÃO

Semana de 4 dias de trabalho

Construir sobre o piloto bem-sucedido da semana de 4 dias de trabalho, através da sua regulamentação no Código do Trabalho, simplificando e incentivando a sua adoção.

* CONCILIAÇÃO

Trabalhar em prol da comunidade

Previsão de faltas justificadas para trabalho em prol da comunidade, associações e coletividades de interesse público.

* CONCILIAÇÃO

Trabalhar para viver e não viver para trabalhar

Promover políticas de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, nomeadamente faltas justificadas em dias de aniversário, dos próprios e dos filhos.

* CONCILIAÇÃO

Estatuto trabalhador-estudante

Reforço do estatuto trabalhador-estudante e regimes análogos, nomeadamente para aqueles com filhos.

* FISCALIZAÇÃO E DIREITOS

Trabalho suplementar devidamente remunerado

Aumento do quadro sancionatório sobre empresas que não paguem as horas extra aos trabalhadores, bem como reforço dos meios de fiscalização da Autoridade para as Condições do Trabalho.

* FISCALIZAÇÃO E DIREITOS

Restringir o outsourcing

Prevenir abusos do recurso ao outsourcing, alargando a contratação coletiva destes trabalhadores e proibindo o recurso a este mecanismo em períodos subsequentes a despedimentos coletivos.

* FISCALIZAÇÃO E DIREITOS

Trabalho não declarado é crime!

Reforçar o quadro sancionatório de trabalho não declarado, concomitantemente com a fiscalização de áreas e setores mais afetados.



Casa para Morar

HABITAÇÃO



*“Aproveite enquanto a bolha
Está a inchar
Compre uma tenda
E ponha à venda
É pegar e largar”*

TÊ MENOS 1, EU.CLIDES





“Habitação é estabilidade.
Habitação é dignidade. Habitação
é absolutamente necessária,
infraestrutura crítica e urgente.”

RAPHAEL WARNOCK

Casa para Morar!

A crise habitacional em Portugal, marcada por preços exorbitantes, escassez de oferta e dificuldades de acesso para os jovens, representa um dos maiores desafios sociais da atualidade que se arrasta na nossa linha temporal de forma gritante. A casa, fundamental para a dignidade e o bem-estar das pessoas, tornou-se um bem cada vez mais inacessível para grande parte da população, especialmente para os mais jovens. A crise habitacional não é apenas um problema económico, mas também social e político. A falta de habitação acessível impacta negativamente a vida das pessoas, limitando as suas oportunidades e agravando as desigualdades sociais. A nossa geração não pode continuar a ser refém de um mercado imobiliário especulativo e de políticas que priorizam os interesses de poucos em detrimento dos muitos.

Queremos construir um futuro onde a habitação seja um direito e não um privilégio. **É a hora de lutar por habitação digna para todos!**

CONSTRUÇÃO



600 mil casas em 10 anos

Construir 600 mil casas num prazo de 10 anos, através do aumento do parque público habitacional, destinado à venda a preços controlados, arrendamento acessível, renda resolúvel e habitação social. Garantido, desde já, orçamento através dos impostos dos casinos e jogo online que, hoje, financiam exclusivamente o setor do turismo.

* HABITAÇÃO

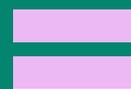
Programa Histórico de Habitação Cooperativa

Novo enquadramento legal simplificado- “Cooperativa na Hora”- para a construção e requalificação de habitação cooperativa;
Criação de linhas de crédito, financiamento a fundo perdido e co-participação nos projetos cooperativos;
Coordenação com as Autarquias, essenciais



CASA PARA MORAR!

CAPÍTULO 02



na revisão dos planos de ordenamento do território, procurando facilitar os processos de loteamento e licenciamento;

Adoção de técnicas perequativas no seio das unidades de execução abrangidas por cooperativas.

* HABITAÇÃO

Plano “Revive”

Recuperar o Programa “Revive” dedicado a habitação: imóveis públicos devolutos reabilitados por privados com um contrato de comodato de longa duração (40 anos), dedicado à habitação e à criação de fogos habitacionais.

* INCENTIVO À CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

Reabilitação, Habitação

Reabilitar edifícios para aumentar a oferta habitacional, aplicando automaticamente a taxa reduzida de IVA de 6%, sem necessidade de requerimentos adicionais ou vistorias comprovativas. A aplicação da taxa reduzida será validada, unicamente, pela apresentação da licença de reabilitação deferida pela Câmara Municipal, simplificando e agilizando o processo de reabilitação urbana.

* INCENTIVO À CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

Construir para Viver

Aplicar IVA a 6% para a construção da primeira habitação própria permanente para incentivar os jovens a construir a sua casa. Redução de IVA a 6% para a construção de habitação própria permanente, sendo que a sua aplicação ficará apenas afeta às áreas mínimas previstas no RGEU para cada tipologia. Obrigatoriedade

de agravamento do IMI para casas devolutas e ruínas, de forma progressiva e continuada em zonas de pressão urbanística, deixando de ser facultativo para os municípios a sua aplicação.

* INCENTIVO À CONSTRUÇÃO E REABILITAÇÃO

Fogos a custos acessíveis em empreendimentos privados

Criar uma diretriz nacional e municipal para a existência de uma percentagem dedicada a fogos a custos acessíveis em empreendimentos privados, combatendo a “guetização” e o estigma sobre a habitação social.

* SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS E DIGITALIZAÇÃO

Revitalizar o Interior: mais casas, menos burocracia

Uniformizar metodologia burocrática para possibilitar facilitação de criação de habitações em terrenos rústicos em meios rurais, onde existe pouca densidade habitacional e um acréscimo de terrenos vagos rústicos, levando ao aumento da oferta habitacional.

* SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS E DIGITALIZAÇÃO

Alterar o fundo ambiental para formato de cheque/vale

Alterar o fundo ambiental para formato de cheque/vale para promover uma acessibilidade garantida a mais pessoas que não tenham possibilidade monetária para pagar a intervenção em antemão.



CASA PARA MORAR!

CAPÍTULO 02



* APOIO AO ARRENDAMENTO

Potenciar o programa “Reabilitar para arrendar”

Incentivar a participação de privados no programa, além de empresas, eliminando o custo mínimo de 300 euros apenas para avaliação da candidatura. Atualmente esse mesmo custo de avaliação é equivalente a 0,05% do montante pedido de financiamento, com um valor mínimo de 300 euros. Apostar também numa linha de crédito associada a este programa.

* APOIO AO ARRENDAMENTO

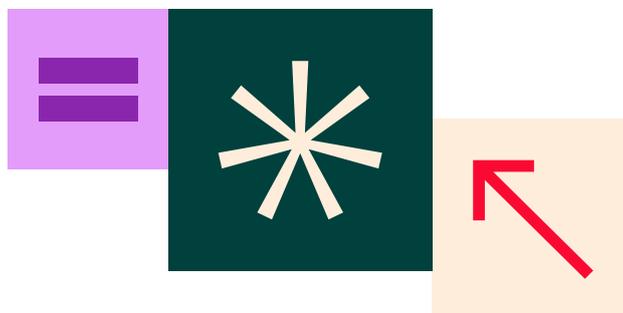
Benefícios fiscais contratos de arrendamento de longa duração com jovens

Estabelecer um sistema de benefícios fiscais para proprietários que realizam com jovens contratos de arrendamento de longa duração. Os proprietários teriam redução progressiva do IVA na fonte numa relação de duração do contrato/percentagem.

* APOIO AO ARRENDAMENTO

Ampliação do programa Porta 65

Ampliar o programa Porta 65, alargando-o a estudantes deslocados não-bolseiros provenientes de agregados familiares de rendimento anual inferior aos constantes do limite do 6.º escalão de IRS.





É A SOFIA PEREIRA **HORA!**



Ambição Climática

AMBIENTE



*“ Mão verde
De verde ser verde
De ver o ser vivo
Viver e ser livre ”*

MÃO VERDE, CAPICUA





“As emissões de gases com efeito de estufa continuam a aumentar. As temperaturas globais continuam a subir. E o nosso planeta está rapidamente a aproximar-se do ponto que tornará o caos climático irreversível. Estamos numa estrada para o inferno climático com o pé ainda no acelerador. Uma janela de oportunidade permanece aberta, mas apenas um estreito raio de luz continua aceso.”

ANTÓNIO GUTERRES

Ambição Climática!

Ao longo dos 50 anos da nossa Democracia, a interação entre a mesma e a política ambiental em Portugal tem sido caracterizada por um processo contínuo de adaptação e inovação. Ainda que tenhamos apresentado níveis elevados de produção de energia elétrica oriunda de fontes renováveis ao longo deste ano de 2024 (95% do consumo de energia em Portugal em abril foi abastecido por renováveis), a produção de energia procura responder ao consumo de primeira necessidade. As áreas urbanas carecem de uma abordagem centrada na sustentabilidade e eficiência dos espaços construídos, com especial atenção à mitigação das ilhas de calor e à promoção de práticas ecológicas na construção e gestão de recursos. Por sua vez, nas áreas rurais, necessitam de uma gestão do território eficiente, planeamento e prevenção de incêndios.

Diante das crescentes pressões sobre os recursos naturais, adotar práticas sustentáveis e proteger os ecossistemas torna-se essencial para preservar o equilíbrio ambiental e assegurar qualidade de vida. Portugal tem de avançar rumo a uma sociedade mais preparada, adaptável e comprometida com uma transição justa e eficiente, assegurando qualidade de vida para as gerações futuras. **É a hora!**

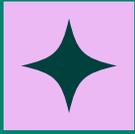
URBANISMO VERDE



Plano Nacional de Urbanismo Verde

Transformar as áreas urbanas e rurais de Portugal num exemplo de sustentabilidade, eficiência e resiliência ambiental, com uma abordagem integrada e regional.





AMBIÇÃO CLIMÁTICA

CAPÍTULO 03



Plano Nacional de Urbanismo Verde

Áreas Urbanas

- Incentivar a instalação de fachadas verdes e telhados verdes nos edifícios, tanto em novas construções como em reabilitações urbanas. Estes elementos contribuem para o isolamento térmico, redução do consumo energético e mitigação das ilhas de calor, além de melhorar a biodiversidade urbana.
- Aplicar os princípios da economia circular na construção e reabilitação de edifícios, promovendo o uso de materiais recicláveis e sustentáveis, a reutilização de materiais e a minimização dos resíduos de construção, conforme as iniciativas já em curso, como a estratégia para a economia circular em Portugal.
- Apoiar a instalação de painéis solares em edifícios residenciais e industriais, permitindo a criação de cooperativas de energia nos bairros para partilhar a energia renovável produzida localmente. Além disso, incentivar a reutilização de águas pluviais nos edifícios, promovendo a eficiência hídrica, algo que já é incentivado através de programas como o PDR 2020.
- Expandir as zonas de baixas emissões (ZER) e promover a mobilidade elétrica nas cidades, incentivando a instalação de postos de carregamento e a renovação das frotas municipais. Criar mais corredores verdes e ciclovias,

conforme já está a ser feito em várias cidades como Lisboa e Porto, e implementar transporte público gratuito para jovens, para incentivar a mobilidade sustentável. Aumentar zonas pedonais, nos centros históricos das cidades, aliada à construção de parques nas redondezas.

- Rever os PDM de forma a integrar critérios ecológicos, como a redução da impermeabilização do solo, o aumento de espaços verdes e a maior flexibilidade na instalação de infraestruturas verdes, como telhados e fachadas verdes. Esta revisão deve ser alinhada com a Estratégia Nacional de Urbanismo e as normas de planeamento existentes.
- Implementar o conceito da “Cidade de 15 Minutos” nas áreas urbanas, promovendo a proximidade entre os cidadãos e os serviços essenciais, como escolas, centros de saúde, comércio e lazer, reduzindo a dependência do transporte motorizado, algo que já está em desenvolvimento em cidades como Lisboa e Porto.
- Promover a criação de microflorestas urbanas e hortas ecológicas em espaços públicos e privados, como já acontece em algumas cidades do país, contribuindo para a biodiversidade e a produção local de alimentos, enquanto se melhora a qualidade do ar e se criam áreas verdes acessíveis para os cidadãos.



AMBIÇÃO CLIMÁTICA

CAPÍTULO 03



- Incentivar a promoção de circuitos curtos de comercialização, apoiando o consumo de produtos locais e frescos, através de feiras e mercados, como já é feito em várias cidades e regiões, para fortalecer a economia local e reduzir as emissões associadas ao transporte de mercadorias.

Plano Nacional de Urbanismo Verde

Áreas Rurais

- Completar o cadastro nacional de terrenos em Portugal, para permitir uma gestão mais eficiente e transparente do território, promovendo a digitalização dos registos e a regularização de situações de usucapião, alinhado com as iniciativas já existentes como o sistema de registos prediais.
- Fomentar o emparcelamento de terrenos rurais para evitar a fragmentação excessiva da propriedade e promover uma gestão agrícola mais eficiente, algo que já é incentivado em várias regiões, através da reforma da propriedade rústica e da criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).
- Desenvolver planos de urbanização para a expansão sustentável de áreas rurais, promovendo infraestruturas básicas como acessos rodoviários e saneamento. A implementação de tais planos deve ser integrada na estratégia de coesão territorial e redução das disparidades regionais.

- Adotar uma abordagem regional no ordenamento do território verde, alinhando as infraestruturas verdes e de mobilidade, considerando as necessidades locais e as rotas de transporte e distribuição de bens. A coordenação entre municípios e regiões deve ser promovida para garantir a eficiência da gestão de recursos naturais, da mobilidade e da prevenção de incêndios, em linha com os planos regionais de ordenamento do território.

* AÇÃO CLIMÁTICA

Aumentar o armazenamento de energia em rede nacional

Instalar pelo menos 2 GW de capacidade de armazenamento de energia na rede elétrica nacional (a capacidade atual de geração de energia em Portugal ronda os 22 GW).

* AÇÃO CLIMÁTICA

+ Painéis Solares comuns

Aumentar os apoios para a instalação de painéis solares de uso comum (condomínios, empresas, espaços comuns); aproveitando os programas existentes, como o Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis e outros incentivos de eficiência energética.

* AÇÃO CLIMÁTICA

Reduzir as emissões de metano pelo menos em 50% até 2030

Incentivar práticas sustentáveis como melhorar a alimentação do gado, utilizar



AMBIÇÃO CLIMÁTICA

CAPÍTULO 03



digestores anaeróbios, captar metano em aterros e promover a transição para energias renováveis, como a solar e a eólica, para reduzir as emissões e impulsionar a sustentabilidade.

* AÇÃO CLIMÁTICA

Bioenergia Local 2.0

Reforçar e expandir a rede de centros municipais ou intermunicipais de recolha de biomassa, aproveitando resíduos agrícolas, florestais e urbanos, para melhorar a entrega nas centrais de biomassa. Isto visa a otimização da produção de energia renovável, fomentar a economia circular e promover a sustentabilidade local.

* AÇÃO CLIMÁTICA

Incentivos para a criação de smart cities e smart regions

Financiamento específico para municípios e regiões que implementem soluções tecnológicas, como sensores de gestão de tráfego, eficiência energética, e monitorização ambiental. Bem como criação de hubs de inovação local e apoio a parcerias público-privadas para promover infraestruturas digitais.

* AÇÃO CLIMÁTICA

Promoção de pastagens biodiversas

Incentivar pastagens biodiversas com sementes nativas e apoio técnico aos agricultores, valorizando práticas regenerativas que cuidem do solo e da biodiversidade. Oferecer compensação financeira por serviços ambientais e promover produtos certificados e sustentáveis. Apostar numa agricultura que respeite a natureza, fortaleça comunidades rurais e contribua para um futuro mais verde.

* ECONOMIA, INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS CIRCULARES E VERDES

Fiscalidade Verde

Implementar mecanismos de Fiscalidade Verde, promovendo uma valorização fiscal para empresas com bons comportamentos ambientais.

* AÇÃO CLIMÁTICA

Transporte Público Verde e Gratuito

Estabelecer a gratuidade do transporte público nos fins-de-semana, acompanhada da implementação de horários mais frequentes e otimizados. Investir na eletrificação total das frotas e integração de energias renováveis, transformando o sistema de transporte público numa alternativa sustentável e eficiente, com metas claras de redução de emissões e aumento da procura.

* AÇÃO CLIMÁTICA

Taxa de carbono para veículos altamente poluentes

Taxa de carbono de 20 euros por cada passageiro em cada viagem feita em jato particular ou iate a partir de território nacional.

* EDUCAÇÃO CLIMÁTICA

Brigadas Verdes

Promover ações junto das populações de modo a facilitar a compreensão e recolha relativamente à recolha de resíduos, nomeadamente de biorresíduos.



AMBIÇÃO CLIMÁTICA

CAPÍTULO 03



* EDUCAÇÃO CLIMÁTICA

Sistema de depósito e reutilização de embalagens

Expandir os sistemas de depósito de embalagens em pontos de venda e recolha, facilitando a reutilização e reciclagem. Integrar campanhas educativas nas escolas e meios digitais, alinhadas com o Sistema de Gestão de Embalagens e Resíduos, já em implementação em várias cidades e regiões de Portugal.

* PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Programa de reflorestamento nacional

Criar um programa de reflorestamento nacional, envolvendo voluntariado jovem para plantação de árvores nativas em áreas de risco de desertificação - parceria com escolas e universidades.

* PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Proteger a biodiversidade

Criar corredores ecológicos e o combate às espécies invasoras, promovendo a educação ambiental nas escolas.

* PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Programa jovem agricultor sustentável

Criar um programa de apoio a jovens agricultores para adoção de práticas de agricultura regenerativa e agroecologia, com subsídios para implementação e acesso a formação especializada. O programa será integrado no PRR e no Plano Nacional para a Agricultura Sustentável.

* PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Fortalecer o controlo de descargas ilegais

Aumentar a verba destinada ao controlo e fiscalização de descargas ilegais, com foco na suinicultura, através da criação de unidades especializadas e uso de tecnologia de monitorização, alinhando os regulamentos da APA.

* PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Reflorestação

Reflorestar 25% do território nacional, com foco em terrenos degradados ou não florestados, com espécies nativas e resilientes às alterações climáticas.

* COMBATE À SECA

Plano Nacional de Resiliência à Seca

Desenvolver um plano nacional para enfrentar as secas no interior, com incentivos à adoção de sistemas de irrigação eficiente, tecnologias de captação e reutilização de água, e apoio à modernização das infraestruturas hídricas.

Incluir também campanhas de sensibilização para a poupança de água na agricultura e apoio técnico.

* COMPOSTAGEM

Centros de compostagem comunitária

Promover centros de compostagem comunitária em áreas urbanas e rurais de modo a promover a reciclagem de resíduos orgânicos a nível local - geridos por autarquias



AMBIÇÃO CLIMÁTICA

CAPÍTULO 03



ou associações, vão facilitar a compostagem doméstica e ainda fornecer adubo para jardins urbanos e agrícolas, reduzindo resíduos.

* ENERGIA

100% Renováveis 2035

Eliminar os combustíveis fósseis da rede elétrica nacional. Ser somente dependente de energias renováveis e exportador de energia no ano de 2035.

* ECONOMIA, INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS CIRCULARES E VERDES

Empreendedorismo verde

Reforçar os incentivos para jovens empreendedores que desenvolvam negócios sustentáveis, como start-ups de tecnologia limpa e iniciativas de economia circular.





É A HORA!
SOFIA PEREIRA



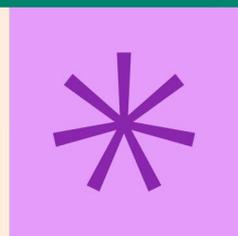
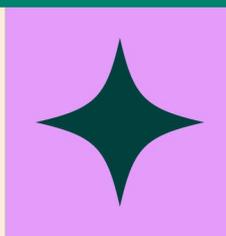
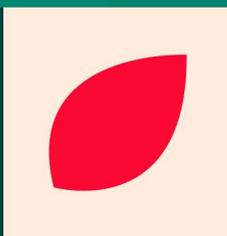
Livres e Iguais

IGUALDADE



*“Em cada rosto,
igualdade
O povo é quem
mais ordena”*

GRÂNDOLA VILA MORENA,
ZECA AFONSO





“A exigência de direitos iguais em todas as dimensões da vida é justa e equitativa, mas, no final, o direito mais vital é o direito de amar e ser amado.”

EMMA GOLDMAN

Livres e iguais!

Na celebração dos 50 anos do 25 de abril, marco histórico da libertação do povo português da opressão e subjugação às vontades conservadoras e ditatoriais, é a hora de lembrar que a luta pela liberdade e pelos direitos de todos ainda não terminou. A verdadeira liberdade só se concretiza com a igualdade de oportunidades, o respeito pelos direitos humanos fundamentais que garantem a dignidade humana e a defesa de um estado social justo, capaz de responder de forma adequada e personalizada às necessidades da sociedade civil, livre de amarras religiosas e conservadorismos paternalistas. A possibilidade de cada indivíduo expressar-se plenamente numa sociedade que respeita a diversidade é crucial para o progresso cultural e social.

É urgente a garantia de viver num espaço seguro, livre de assédio, de violência sexual e de género, de racismo e de xenofobia. Necessitamos de

políticas públicas fortes de combate à discriminação e exclusão social da comunidade LGBTI+, de lutar contra a disparidade salarial, de pugnar pela saúde pública e liberdade da mulher, regulamentando a prostituição, alargando o prazo da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) e tornando a violação e partilha de conteúdo íntimo como crime público.

A igualdade é um imperativo social e um princípio fundamental para a vivência plena da cidadania. **É a hora!**

DIREITOS HUMANOS



Alargamento da IVG

Alargar o prazo da IVG até às 14 semanas.





LIVRES E IGUAIS

CAPÍTULO 04



* INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Transportes públicos mais acessíveis

Rever as acessibilidades nas frotas dos diversos transportes públicos existentes (autocarros, comboios, metros e barcos) e formar os motoristas de transportes públicos para saber como auxiliar corretamente pessoas com deficiência na entrada e saída dos transportes de forma segura.

* INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Parques infantis adaptados

Criar parques infantis com equipamentos adaptados para que crianças com deficiência possam usufruir do espaço como qualquer outra criança.

* INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sinalética acessível a todos

Instalar sinais sonoros em semáforos, pisos táteis e tecnologia assistida nas passadeiras para ajudar pessoas com deficiência visual a deslocarem-se com segurança e autonomia.

* INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Língua Gestual Portuguesa nas escolas

Incluir Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa nas salas de aula a acompanhar alunos que sofrem de surdez em todas as fases de ensino.

* INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Emprego para todos

Investir nas saídas profissionais das pessoas com deficiência e aumentar as quotas e os benefícios fiscais das empresas que empregarem pessoas com deficiências e financiamento na adaptação das infraestruturas aos seus funcionários.

* VIOLÊNCIA DE GÉNERO

Sensibilizar para as agressões sexuais

Desenvolver campanhas de sensibilização para a temática das agressões de cariz sexual e informação acerca dos apoios e instituições disponíveis para o apoio das vítimas (nomeadamente a APAV).

* VIOLÊNCIA DE GÉNERO

Acompanhamento especializado em tempo real das vítimas

Formar profissionais especializados para acompanhamento em tempo real das vítimas (psicólogos, educadores sociais, médicos, entre outros).

* VIOLÊNCIA DE GÉNERO

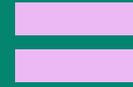
Violação e partilha de conteúdo íntimo como crime público

Alterar medidas legislativas que promovam a proteção da vítima e assegurem um processo célere e privado.



LIVRES E IGUAIS

CAPÍTULO 04



* VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Criminalização dos deepfakes de cariz sexual

Criminalizar a posse, produção e partilha de conteúdos sexualmente explícitos gerados por IA, que afetam desproporcionalmente as mulheres.

* INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ (IVG)

Regulamentar o direito à objeção de consciência

Estabelecer o dever do profissional de saúde comunicar o seu estatuto de objetor de consciência, de forma que permita aos serviços de urgência organizarem a disponibilização de profissionais não objetores.

* INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ (IVG)

+ Unidades de saúde com a prática da IVG

Alargar o número de unidades de saúde com a possibilidade da prática da IVG com objetivo de expandir para os cuidados de saúde primários.

* INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ (IVG)

Término ao atual período de reflexão

Colocar término ao atual período de reflexão de três dias entre a consulta prévia e a realização do ato médico.

* IGUALDADE DE GÊNERO

Licença de parentalidade igual e obrigatória (5+5)

Estabelecer a licença de 10 meses, igualmente divididos entre os pais, obrigatoriamente, após o nascimento de uma criança.

* RACISMO E XENOFOBIA

Incentivar a revisão legislativa do artigo 250º do código de Processo Penal

Eliminar o oportunismo e preconceito deste tipo de situações como também rever a forma como as nossas forças policiais agem no terreno.

* RACISMO E XENOFOBIA

Plano nacional de combate ao racismo e não-discriminação

Garantir o cumprimento dos objetivos previstos no plano nacional de combate ao racismo e não-discriminação.

* RACISMO E XENOFOBIA

Combater a violência policial

Obrigatoriedade de utilização de bodycams em agentes da autoridade ao serviço para que não haja nenhuma dúvida sobre a sua conduta e motivações, em momentos de perigosidade para os próprios ou para comunidades marginalizadas.

* RACISMO E XENOFOBIA

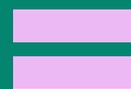
Conhecer o país e a sua composição

Assegurar que o INE consegue retratar a população portuguesa e a auto-identificação étnica e cultural, de cada cidadão para que as políticas públicas consigam ser mais inteligentes e baseadas na evidência e o racismo estrutural consiga ser mitigado.



LIVRES E IGUAIS

CAPÍTULO 04



* RACISMO E XENOFOBIA

Combater a guetização

Prosseguir a estratégia dos “Bairros Saudáveis”, apostar no associativismo em comunidades em situação mais desfavorecida e aumentar a dignidade do edificado público que sustenta as redes municipais de habitação.

* REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO

Regulamentar o trabalho sexual

Regulamentar o trabalho sexual, de modo a garantir proteção para trabalhadores do sexo.

* DISPARIDADE SALARIAL ENTRE GÊNEROS

Criação de um Observatório Nacional para a Igualdade Salarial

Monitorizar as políticas de igualdade salarial e publicar relatórios anuais sobre o cumprimento das metas estabelecidas, garantindo uma análise contínua e rigorosa do problema.

* DISPARIDADE SALARIAL ENTRE GÊNEROS

Criação de incentivos de género nas áreas STEM

Criar programas de incentivo para que mais mulheres entrem em setores de maior remuneração e tradicionalmente dominados por homens - áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

* COMUNIDADE LGBTI+

+Centros de cirurgia de reconstrução genito-urinária

Descentralizar e aumentar a oferta dos centros de cirurgia de reconstrução genito-urinária no SNS.

* COMUNIDADE LGBTI+

Guia de recursos para vítimas de discriminação

Criar um guia de recursos (similar ao da violência doméstica) garantindo que as vítimas de discriminação estejam cientes da existência e tenham acesso aos meios jurídicos e sociais eficazes disponibilizados pelas autoridades nacionais competentes.

* COMUNIDADE LGBTI+

Assegurar a previsão da orientação sexual, identidade/ expressão de género no estatuto de asilo (Lei 27/2008)

Garantir que a comunidade LGBTI+ possui mecanismos para a sua proteção.

* LIBERDADE

Legalizar a canábis para fins recreativos

Prosseguir o modelo de legalização da canábis recreativa, por motivos de segurança, saúde pública e económicos, numa proposta equilibrada, que não deixe este setor nas mãos da criminalidade organizada.

* EUTANÁSIA

Regulamentar a eutanásia

Garantir que a Lei da Eutanásia seja regulamentada pelo Governo.

* REPRESENTATIVIDADE NA ESTRUTURA

+Inclusão

Elaborar, periodicamente, um relatório a nível nacional dos militantes da estrutura (em matéria de género, etnia, deficiência) por concelhia, federação e respetivos cargos de liderança.



É A SOFIA PEREIRA **HORA!**



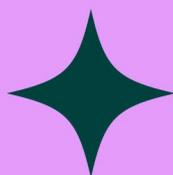
Um País à altura do nosso talento!

ECONOMIA



*“Somos acionistas sem ações
Se não for a guerra e a pandemia
Será por que alguém disse poesia?”*

422, A GAROTA NÃO





“Uma economia que não se preocupa com justiça social é uma economia que condena os povos ao que está a acontecer no mundo: uma brutal concentração dos lucros e riqueza, o desemprego e a miséria. Uma economia que diz que primeiro tem de estabilizar, depois crescer, depois distribuir é uma falácia. Não estabiliza, cresce aos solavancos e não distribui.”

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Um país à medida do nosso talento!

O país precisa de ter capacidade de pensar a sua economia. O Estado deve conseguir analisar quais os setores com mais potencial de desenvolvimento que justifiquem apoio e investimento público, de modo a tornar a nossa economia mais diversificada e sofisticada. Nos últimos governos, o Partido Socialista conseguiu provar que é possível pensar e executar políticas públicas de valorização salarial, redução da dívida pública e investimento nos serviços públicos. Foi possível retomar a convergência com a União Europeia, promover a aceleração do turismo e, sobretudo, reduzir a percentagem de população em risco de pobreza e exclusão social. Porém, vivemos um período em que as tendências neoliberais prosperam, que se fazem de políticas fiscais insensatas bandeiras, das privatizações

e desinvestimento público. Torna-se cada vez mais necessário uma política económica que venha demonstrar que o Estado é detentor de um papel essencial na política económica e que só com ele é que somos capazes promover um contínuo progresso do nosso Estado Social. **É a hora!**

Fiscalidade e Redistribuição



Herança Básica Universal e Imposto Sucessório

Criação de um imposto progressivo sobre heranças milionárias, contribuindo para a diminuição de desigualdades intergeracionais e uma efetiva redistribuição da riqueza. As receitas provenientes deste imposto contribuíram para a criação de uma herança básica universal, progressiva, atribuída aos 18 anos aos jovens.



UM PAÍS À ALTURA DO NOSSO TALENTO! CAPÍTULO 05



* EMPREENDEDORISMO

Empreendedorismo Jovem Estratégico

Criação de um crédito fiscal para jovens empreendedores, dos 18 aos 35 anos, dedicado especialmente a empresas que sejam criadas em setores classificados como estratégicos para o desenvolvimento da economia portuguesa.

* EMPREENDEDORISMO

Concurso Nacional de Empreendedorismo Jovem

Lançamento de um concurso nacional de empreendedorismo jovem, cujo vencedor receberá uma capitalização inicial para lançar a sua ideia de negócio numa área central para o desenvolvimento do país.

* FISCALIDADE E REDISTRIBUIÇÃO

Taxar os Super-Ricos

Aumentar os impostos e concretizar o combate à evasão fiscal dos multimilionários.

* FISCALIDADE E REDISTRIBUIÇÃO

Windfall Taxes

Taxação dos lucros extraordinários resultante de crises, inflação e situações inexpectáveis e anômalas.

* FISCALIDADE E REDISTRIBUIÇÃO

Smart IRC

Implementar um novo IRC, à luz da proposta do Partido Socialista, defendendo um IRC cada vez mais progressivo, em que se procura fazer um balanço entre os lucros que as empresas produzem, a forma com que os utilizam e

a taxa que devem inevitavelmente pagar. Deve este novo IRC incentivar as empresas a adotar condutas de justa redistribuição da riqueza, de valorização e justiça salarial e de reinvestimento dos seus lucros na economia, investigação e desenvolvimento.

* FISCALIDADE E REDISTRIBUIÇÃO

Melhores salários, menos IRC

Dedução no IRC para empresas que promovam aumentos superiores a 5% para jovens empregados.

* FISCALIDADE E REDISTRIBUIÇÃO

Digitalização e simplificação do sistema fiscal

Digitalizar e simplificar o sistema fiscal, procurando cumprir objetivos de política fiscal.

* FISCALIDADE E REDISTRIBUIÇÃO

Tributar a Disparidade Salarial

Implementação de uma taxa de tributação autónoma sobre empresas e/ou instituições em que se verifiquem disparidades salariais num rácio superior a 1 para 10.

* FISCALIDADE E REDISTRIBUIÇÃO

Participação nos Lucros

Benefícios fiscais para as empresas que distribuem parte dos seus lucros pelos trabalhadores.



UM PAÍS À ALTURA DO NOSSO TALENTO! CAPÍTULO 05



* FISCALIZAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Cadastro Público de Ativos

Criação de um cadastro público que permita conhecer o histórico de detentores de ativos financeiros emitidos em Portugal.

* FISCALIZAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

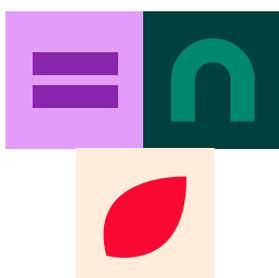
Revisão Global do Sistema de Incentivos

Revisão global do sistema de incentivos existentes, nomeadamente SIFIDE e os mais de 100 benefícios fiscais existentes em sede de IRC, alinhando-o com uma política de reindustrialização assente na transição energética e digital.

* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Estratégia Económica

Estudo pormenorizado conduzido por um grupo de trabalho composto por organismos públicos, associações empresariais e instituições de ensino superior sobre os setores económicos com mais capacidade de desenvolvimento, com uma revisão global do sistema de incentivos públicos, procurando canalizar os investimentos para setores estratégicos de elevado potencial de desenvolvimento e crescimento económico.



* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Cluster Económicos Endógenos

Aposta no desenvolvimento de clusters endógenos com maior potencial de desenvolvimento e impacto na economia, em parceria com as autarquias locais e CCDR.

* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Cogestão - Democratização das empresas

Aprofundar a participação dos trabalhadores nos órgãos de gestão e decisão das empresas, através de um sistema de cogestão, tornando obrigatório para as empresas com mais de 100 trabalhadores a representação paritária entre acionistas e trabalhadores nos Conselhos de Administração e de Supervisão, quando exista.

* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Plano de Stock Options

Benefícios fiscais para as empresas com planos de opção ou de aquisição de valores mobiliários a favor de trabalhadores - planos de stock options.

* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Programa de Fomento a Fusões e Aquisições

Lançamento de um programa de fomento aos ganhos de escala, fusões e aquisições de ativos, com recurso a incentivos fiscais e outras ferramentas e revisão dos critérios de classificação de pequenas, médias e grandes empresas, de forma a não desincentivar os ganhos de escala.



UM PAÍS À ALTURA DO NOSSO TALENTO! CAPÍTULO 05



* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Programa de Captação de Investimento para o Interior

Impulsionar o Programa de Captação de Investimento para o Interior, atraindo investidores para se fixarem em territórios de menor densidade e em setores endogenamente valiosos, como a agricultura, turismo e natureza.

* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Produção e Comércio Local

Reforço dos apoios à produção e comércio local, nomeadamente aos produtos artesanais de excelência, património histórico e cultural das comunidades.

* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Internacionalização da Economia

Criação de programas de incentivos ao investimento e financiamento internacional, bem como de apoios à exportação, de modo a internacionalizar e especializar a nossa economia.

* SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Contas Certas

Pugnar por políticas públicas que promovam a redução da dívida pública, em relação ao PIB.

* AGRICULTURA

Da terra ao prato

Fomentar apoios à pequena e média agricultura, fixando preços mínimos pagos aos produtores e expandindo o associativismo e cooperativismo no setor agrícola.

* AGRICULTURA

Revolução nos Mercados Municipais

Gestão municipal dos mercados, numa vertente retalhista, que pode ser terceirizada, focada na distribuição de produtos produzidos por agricultores locais (produtos mais baratos e uma melhor remuneração aos produtores).

* AGRICULTURA

Apoios às Cooperativas de Consumo e Produção

Apoiar a criação de cooperativas de consumo e cooperativas de produtores, que podem ter os Mercados Municipais como local onde realizam as trocas comerciais entre si.

* AGRICULTURA

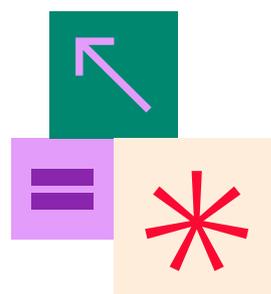
Pequena Agricultura Familiar

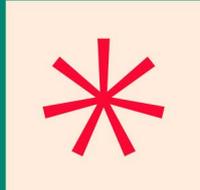
Promover apoios à pequena agricultura, com a criação do estatuto da pequena agricultura familiar.

* AGRICULTURA

Agricultura Digital e de Precisão

Disponibilizar linhas de crédito para investimentos em tecnologia e infraestruturas, fomentando o acesso à Agricultura Digital e de Precisão.





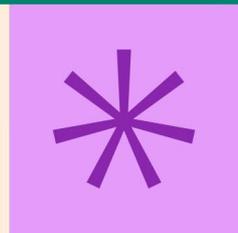
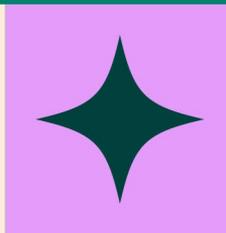
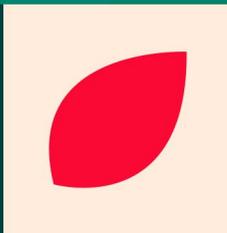
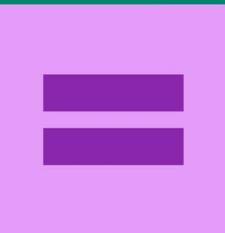
Crescimento Azul

ECONOMIA AZUL



“O mar sabe o que eu quero, a maré sabe o que eu sou”

"MARÉ", SALVADOR SOBRAL





“O mar é uma coisa muito séria, não é um lugar de brincadeiras”

JOSÉ SARAMAGO

Crescimento Azul

Quando falamos de emergência climática ou da ascensão de uma nova economia verde esquecemos, constantemente, 70% da superfície do nosso planeta, os nossos oceanos.

A acidificação dos oceanos, a erosão galopante dos corais marinhos, a poluição dos nossos mares, os microplásticos, entre tantos outros, são parte dos incontáveis desafios dos próximos anos. Não é, porém, só de desafios incontáveis que se faz esta maré. Os oceanos representam uma grande oportunidade económica e, também, um espaço onde a preservação e conservação da vida marinha é central para o ambicionado crescimento.

Todos nós já ouvimos a adiada promessa do potencial azul de Portugal. Temos a maior zona marítima exclusiva

da Europa e tiramos pouco dessa vantagem estratégica. Neste capítulo dedicado iremos, detalhadamente, apresentar uma agenda concreta, com medidas detalhadas para, finalmente, ter uma economia azul à altura do nosso país.

Conhecemos pouco dos nossos mares, exploramos pouco a intersecção da academia e do mundo empresarial e não inovamos. Fomos, durante séculos, uma economia especializada no mar. Hoje, precisamos de nos especializar na inovação, ciência e tecnologia de uma nova economia azul e de assumirmos a dianteira mundial de um novo perfil de especialização, de alto valor acrescentado, de uma nova fileira, com tanto por navegar.



É A HORA!

Programa Economia Azul

16 propostas para lançar uma economia do mar, sustentável, de futuro e de alto valor acrescentado.



CRESCIMENTO AZUL

CAPÍTULO 06



* ECONOMIA AZUL

Infraestruturas e Energia

Criação de infraestruturas em Lisboa, Sines e Leixões, que possibilitem o abastecimento de navios com metanol, amônia e hidrogênio verdes, contribuindo para a redução das emissões de transporte marítimo. O mesmo deve aplicar-se no transporte marítimo de passageiros, como nos terminais de Lisboa, Funchal e Matosinhos.

* ECONOMIA AZUL

Investigação e Desenvolvimento

Estabelecimento de Parcerias com a Academia, para a criação de programas de formação de especialistas em energias renováveis e marinhas, com oferta de cursos nas áreas da energia eólica e solar, offshore e engenharia marinha, que se localiza em zonas onde se estimam perdas de emprego devido à descarbonização da economia.

* ECONOMIA AZUL

Financiamento de Projetos

Estimular a inovação no setor marítimo, através do relançamento do Fundo Azul, com um capital inicial de 500 milhões de euros, destinado a apoiar startups focadas na economia azul, tecnologia de energia verde e proteção marinha - um fundo parcialmente financiado por fundos europeus e com destino a capacitar jovens empreendedores a desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis em áreas como aquacultura, bioplásticos, monitorização oceânica e energias renováveis.

* ECONOMIA AZUL

Tecnologia e Inovação

Criação de uma zona livre tecnológica de inovação azul, em águas nacionais que permita

o desenvolvimento de novas tecnologias marítimas e práticas sustentáveis, sem as restrições regulatórias habituais, criando um espaço de investigação em áreas como a biotecnologia marinha, a pesca sustentável e a energias renováveis.

* ECONOMIA AZUL

Simplificar e desburocratizar

Criação do Simplex Europa +Verde, um programa de acesso a apoios de financiamento europeu para simplificar o processo de candidatura a projetos alinhados com a transição energética e a economia azul.

* ECONOMIA AZUL

Produção Sustentável

Incentivos à produção sustentável de algas, bivalves, pescado e outros produtos marinhos de elevado valor e baixo impacto ambiental, apoiando ainda a investigação na reprodução em cativeiro de espécies sobrepescadas, na aplicação de aquacultura multitrófica no contexto marinho português e em biotecnologia para fins medicinais e industriais - através de incentivos financeiros para a instalação de unidades de produção ecológicas.

* ECONOMIA AZUL

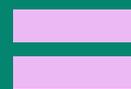
Portos Verdes

Implementação de Portos Verdes, através da modernização dos portos portugueses capazes de oferecer infraestruturas de redução de emissões e de armazenamento de energia, promovendo assim operações sustentáveis para navios e embarcações, reduzindo a nossa pegada de carbono e posicionando Portugal no quadro competitivo europeu.



CRESCIMENTO AZUL

CAPÍTULO 06



* ECONOMIA AZUL

Lusofonia Azul

Criação do Programa “Lusofonia Azul” através de uma plataforma de colaboração internacional com os países de língua oficial portuguesa, para exportação de inovação e formação para estes países com um reforço de laços diplomáticos, com a promoção do desenvolvimento sustentável além-fronteiras e de cadeias de valor benéficas para Portugal e para a internacionalização das nossas empresas.

* ECONOMIA AZUL

Incubação Empresarial

Criação de uma rede de incubadoras ao longo da costa com a função de prestar apoio técnico, financeiro e logístico a startups e PMEs com foco na economia azul, em parceria com centros de investigação e universidades. Este projeto visa integrar-se com estruturas já existentes, como o Fórum Oceano e as universidades costeiras, colaborando estreitamente com o Portugal Blue Digital Hub e o Hub Azul de Leixões para garantir uma abordagem complementar.

* ECONOMIA AZUL

Sea Keepers

Criação do projeto “Sea Keepers” que propõe um programa educacional nacional de integração da formação prática em escolas secundárias e universidades sobre a sustentabilidade marítima e a economia azul, através de workshops e oportunidade de estágios.

* ECONOMIA AZUL

Erosão Costeira

Programa de Defesa contra a Erosão Costeira, antecipando a adaptação do território e salvaguardando a segurança dos cidadãos

* ECONOMIA AZUL

Zonas Piloto Offshore

Criação de Zonas Piloto Offshore ao longo da costa portuguesa, permitindo ao país ter a capacidade de testar estas tecnologias em condições reais, de modo a fomentar a inovação e a transição energética. A criação destas zonas visa parcerias com o setor privado, de modo a permitir a instalação de infraestruturas de larga escala, posicionando o nosso país como líder em energias renováveis offshore, aproveitando os nossos recursos naturais e reduzindo a nossa dependência de energia externa, com criação de empregos qualificados no setor.

* ECONOMIA AZUL

Moratória à Mineração

Moratória nacional à mineração em mar profundo (Medida Bandeira).

* ECONOMIA AZUL

Ecossistemas Marinhos

Defesa das pradarias marinhas e outras formas de vegetação subaquática como sumidouros de carbono e promotores de biodiversidade, assegurando a sua proteção em sede de ordenamento do território.

* ECONOMIA AZUL

Indústria Naval

Programa de Estímulo à Indústria Naval - Portugal deve posicionar-se nesta indústria no qual foi historicamente pioneiro, capacitando-se em termos de infraestruturas e acessos tanto em terra como marítimos (e.g. através de dragagens) para participar na indústria naval.

* ECONOMIA AZUL

Áreas Marinhas Protegidas

Reforço da rede nacional de áreas marinhas protegidas (Hope Spots e No Take Zones).



CAPÍTULO 07

Educação sem Barreiras

EDUCAÇÃO



“*Quatro folhas tem o trevo
Liberdade quatro sílabas.
Não sabem ler é verdade
Aqueles p’ra quem eu escrevo*”

TROVA DO VENTO QUE PASSA,
ADRIANO CORREIA DE OLIVEIRA





“A educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo”

NELSON MANDELA

Educação sem Barreiras!

O 25 de Abril e a Constituição de 76 vieram abrir as portas à educação e à cultura das classes trabalhadoras. A Constituição passou então a consagrar a responsabilidade do Estado sobre a educação, devendo este assegurar medidas que permitam o acesso igualitário a todos os níveis de ensino. Essa educação deve ser pública e universal, que sirva todos os alunos e estudantes, independentemente da sua condição económica, social ou regional. Essa educação que precisa também de ser adaptada a necessidades, características e potencialidades diferentes. É necessário, por isso, dar autonomia às instituições de ensino para formular parte dos seus métodos pedagógicos, dar liberdade criativa tanto a professores como alunos para melhorarem as instituições de ensino e

adaptarem o currículo tendo em conta as realidades territoriais, necessidades e potencialidades diferentes. Por acreditarmos na Escola Pública como o nosso elevador social, é a hora de uma reforma profunda da educação em Portugal.



ENSINO SUPERIOR



Propina Negativa

Assumir como meta de curto prazo a Propina Zero (abolição das propinas no 1.º Ciclo do Ensino Superior) e a médio prazo a Propina Negativa (subsídio adicional atribuído a todos os estudantes atendendo aos custos contextuais dos próprios), de forma a efetivar o direito à educação superior.



EDUCAÇÃO SEM BARREIRAS!

CAPÍTULO 07



* EDUCAÇÃO

Ensino Autónomo Orientado

Promover o ensino autónomo orientado para certos conteúdos das disciplinas base do 1º ciclo de escolaridade - português, matemática, estudo do meio e expressões artísticas -, tendo como exemplo orientador a Escola da Ponte (Guimarães) e as suas metodologias.

* EDUCAÇÃO

Monitorização de aprendizagens

Pugnar pelo fim da prova de monitorização de aprendizagens no 4º ano.

* EDUCAÇÃO

Componente artístico-cultural

Reforçar a componente artístico-cultural nos programas escolares e disponibilizar, nos períodos não letivos, atividades lúdicas opcionais nessas áreas.

* EDUCAÇÃO

Ensino artístico articulado

Alargar o número de escolas com oferta de ensino artístico em regime articulado e garantir o equilíbrio horário que permita conciliar a atividade letiva geral e a vocacional.

* EDUCAÇÃO

Apoio à Vida Independente

Alargamento do Modelo de Apoio à Vida Independente aos alunos com patologias específicas de saúde que condicionem a sua aprendizagem, quando iniciam o 1º ciclo de ensino.

* EDUCAÇÃO

Primeiros socorros e suporte básico de vida

Tornar obrigatória a oferta de ensino de primeiros socorros e suporte básico de vida nas escolas.

* EDUCAÇÃO

Manuais escolares e livros de fichas

Permitir a acumulação da gratuidade de manuais escolares e livros de fichas físicos e digitais.

* EDUCAÇÃO

Escolhas curriculares

Flexibilizar o plano curricular, permitindo a sua adaptação individual pelo aluno, através da possibilidade de escolha de disciplinas dos vários Cursos Científico-Humanísticos.

* EDUCAÇÃO

Literacia económica e financeira

Introduzir conceitos de literacia económica e financeira no ensino secundário, através da revisão dos programas e metas curriculares de disciplinas como MACS, Filosofia, História e Geografia.

* EDUCAÇÃO

Disciplina opcional de Ciência Política

Reforçar a oferta da disciplina opcional de Ciência Política, no ensino secundário, através de um programa nacional de promoção da disciplina e contratação de professores em todo o território.



EDUCAÇÃO SEM BARREIRAS!

CAPÍTULO 07



* EDUCAÇÃO

Associativismo escolar

Garantir a liberdade associativa nas escolas, os direitos legais dos estudantes, das associações, do acesso dos estudantes e das respetivas associações a aconselhamento jurídico em caso de violação destes direitos, ao passo de que são reforçadas as verbas disponíveis do IPDJ para promover e financiar a criação de Associações de estudantes.

* EDUCAÇÃO

Eleição das direções nas escolas

Reformar o sistema eleitoral das direções nas escolas, permitindo que professores, auxiliares de ação educativa e estudantes tenham capacidade direta de voto.

* ENSINO SUPERIOR

Estatuto do Estudante-Artista

Criar o estatuto do Estudante-artista e apoio ao trabalho artístico e intelectual.

* ENSINO SUPERIOR

Propinas do 2.º ciclo de Estudos

Limitar os tetos máximos das propinas do 2.º ciclo de estudos a 1000 euros.

* ENSINO SUPERIOR

Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

Efetivar a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, tendo em vista o reforço da democraticidade dos órgãos de gestão das Instituições de Ensino Superior.

* ENSINO SUPERIOR

Estatuto do Estudante-deslocado

Reforçar a proteção aos estudantes deslocados, através da formalização do Estatuto do Estudante-deslocado, para estudantes que habitem a mais de 50 quilómetros das Instituições de Ensino Superior que frequentam.

* ENSINO SUPERIOR

Creditação Modular e Flexível

Criar um Sistema de Creditação Modular e Flexível para o Ensino Superior.

* ENSINO SUPERIOR

Integração dos Estudantes PALOP

Pugnar, junto das instituições académicas, para que a cobrança de propinas aconteça, sem efeitos retroativos, apenas após a obtenção do visto de residência para estudo, assegurando a proteção dos estudantes estrangeiros.

* ENSINO SUPERIOR

Vistos de estudo

Garantir a fixação de um prazo máximo para a emissão dos vistos de residência para estudo, contado a partir da admissão dos alunos estrangeiros nas instituições de ensino superior, de forma a eliminar barreiras administrativas de acesso.





EDUCAÇÃO SEM BARREIRAS!

CAPÍTULO 07



* ENSINO SUPERIOR

Taxas e emolumentos

Abolir as taxas na matrícula, inscrição em unidades curriculares ou momentos avaliativos em época normal, entrega de tese ou dissertação e emissão de certificado, assegurando que estas não configuram propinas dissimuladas.

* ENSINO SUPERIOR

Mobilidade de estudantes-estagiários

Prever um apoio complementar de mobilidade para estudantes bolseiros que frequentam estágios curriculares com deslocações regulares.

* CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Carreiras de investigação

Pôr termo ao regime de exclusividade dos bolseiros de investigação, para lá da carreira de docência, e conversão dos contratos de bolsas de investigação em verdadeiros contratos de trabalho, com todas as proteções e direitos subjacentes.

* CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Gabinetes de Orientação

Criar, nas instituições de ensino superior, gabinetes de orientação vocacionados para o apoio aos estudantes na transição para o mercado laboral, nomeadamente, na procura de saídas profissionais e/ou de bolsas e projetos de investigação.

* CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Incentivos à contratação

Reformar a componente laboral prática com a de investigação, de forma a compatibilizar ambas.

* CIÊNCIA E INOVAÇÃO

Prorrogação das Bolsas do 3.º Ciclo do Ensino Superior

Criar mecanismos que acautelem e agilizem o processo de prorrogação de bolsas de doutoramento.

* CIÊNCIA E INOVAÇÃO

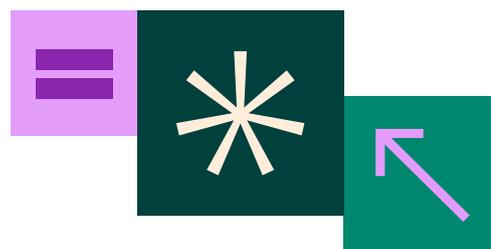
Comissão Nacional para a Ciência

Criar uma Comissão Nacional para a Ciência, que assegure a criação, implementação e monitorização de um plano estratégico para a ciência.

* CONSELHO GERAL

Comissão Nacional para a Ciência

Eleger, obrigatoriamente, um aluno em representação dos bolseiros no Conselhos Gerais das instituições de ensino superior.





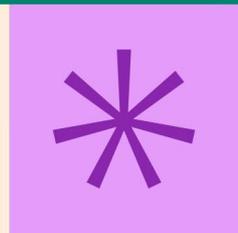
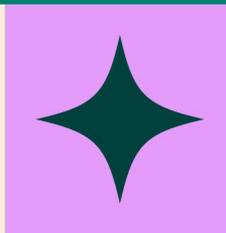
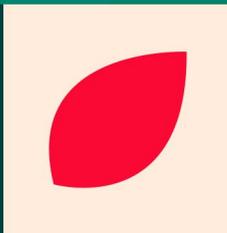
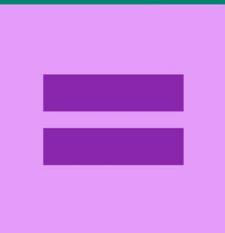
A nossa maior garantia

SAÚDE



*“Misticismo agora à parte
Envelhecer é uma arte
"arte-nova", "arte-final"
Numa luta desigual”*

ELIXIR DA ETERNA JUVENTUDE,
SÉRGIO GODINHO





“A esperança em Liberdade/ Força conjugada / Do dever e da vontade/ Seja de todos Sol e Vida e Estrela da Igualdade”

O SNS DE ANTÓNIO ARNAUT

A nossa maior garantia!

A saúde é um dos pilares essenciais da democracia portuguesa e, ao longo das últimas décadas, os resultados alcançados neste setor têm sido amplamente celebrados como um dos maiores sucessos do nosso país. As políticas públicas implementadas permitiram ao sistema de saúde português aproximar-se dos padrões dos países mais avançados da Europa. A pandemia de COVID-19 intensificou a procura por cuidados de saúde mental, exacerbando a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde exacerbando a falta de profissionais e as longas listas de espera. Por sua vez, os desafios aumentam: o envelhecimento, o aumento das infeções sexualmente transmissíveis, as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, a necessidade de valorização dos Profissionais de Saúde, evidenciam a urgência de reformar nosso SNS.

É crucial que mantenhamos e fortaleçamos os princípios que sustentam o nosso contrato social: a garantia da universalidade da cobertura, a equidade de acesso, a solidariedade no financiamento e a utilização eficiente dos recursos públicos. É a hora de defender o SNS, a maior conquista da nossa democracia. **É a hora!**

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE



Valorizar as carreiras na saúde

Aumentar os vencimentos dos profissionais de saúde. Enfermeiros, auxiliares de saúde e médicos.

* SAÚDE MENTAL

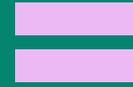
Psicólogos

Psicólogo(s) de referência nos cuidados de saúde primários e escolas.



A NOSSA MAIOR GARANTIA

CAPÍTULO 08



* SAÚDE MENTAL

Formação especializada para profissionais de saúde

Oferecer formação especializada em saúde mental para profissionais de saúde focando na identificação precoce e encaminhamento de casos de patologias mentais.

* SAÚDE MENTAL

Campanha nacional de sensibilização

Investir na comunicação institucional relativa à saúde mental, utilizando figuras públicas para lançar uma campanha nacional de sensibilização.

* SAÚDE MENTAL

Programas de capacitação para professores

Implementar programas de capacitação em saúde mental para os professores, visando prepará-los para identificar e apoiar alunos com necessidades de saúde mental.

* SAÚDE MENTAL

Educação emocional e social no currículo escolar

Integrar a educação emocional e social no currículo escolar, promovendo o bem-estar psicológico das crianças e jovens.

* SAÚDE MENTAL

Programa “Ciência Viva” para a saúde mental

Desenvolver atividades de literacia em saúde mental nas escolas através do Programa Ciência Viva, adaptadas a diferentes contextos e idades.

* SAÚDE MENTAL

Prescrição Social nos Cuidados de Saúde Primários

Introduzir a Prescrição Social como um serviço adicional nos Cuidados de Saúde Primários - focando na melhoria da saúde mental e bem-estar.

* SAÚDE MENTAL

Mais saúde mental no local de trabalho

Estabelecer políticas de saúde mental no local de trabalho que contemplem a avaliação das necessidades dos trabalhadores, diretrizes de apoio psicológico, canais de comunicação abertos, acesso a serviços de saúde mental, formação para gestores, workshops de bem-estar e flexibilidade laboral, com o objetivo de promover um ambiente saudável, melhorar o bem-estar dos trabalhadores e potenciar a produtividade.

* SAÚDE DIGITAL

Centro de Excelência em Saúde Digital

Criar um Centro de Excelência em Saúde Digital, congregando universidades, instituições de saúde, empresas de tecnologia e seguradoras, promovendo a pesquisa e desenvolvimento em áreas como big data, inteligência artificial e IoT. O objetivo é criar um ecossistema inovador que impulse a digitalização dos serviços de saúde.

* SAÚDE DIGITAL

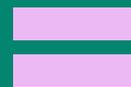
Profissionais de saúde mais capacitados

Investir na formação de profissionais de saúde em novas competências digitais e na utilização



A NOSSA MAIOR GARANTIA

CAPÍTULO 08



de novas tecnologias, criando um ambiente propício para a inovação e a excelência no SNS.

* SAÚDE DIGITAL

Implementação da Telemedicina

Expandir os serviços de telemedicina para garantir que os cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde em qualquer lugar e a qualquer hora. Isso incluiria consultas online especialmente para populações com dificuldade de acesso a médicos de família.

* SAÚDE DIGITAL

Sistemas de Diagnóstico Baseados em IA

Implementar sistemas que podem analisar exames e dados clínicos para detetar doenças precocemente, aumentando a precisão e a velocidade dos diagnósticos.

* VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Líderes mais capazes, equipas mais motivadas

Implementar programas de formação contínua para líderes do setor de saúde, com foco no desenvolvimento de competências que promovam a motivação das equipas e uma gestão eficaz em ambientes de alta pressão.

* VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Incentivos salariais para médicos especialistas recém-formados

Implementar incentivos salariais para médicos especialistas recém-formados que permaneçam mais de cinco anos na instituição onde se formaram, contribuindo para a formação de novos internos.

* SAÚDE DIGITAL

Desenvolver plataformas de medicina personalizada

Investir em plataformas de IA, que permitam auxiliar e complementar a intervenção médica realizada por profissionais, ao personalizar os tratamentos com base nas características genéticas e no histórico clínico dos pacientes, permitindo a criação de bases de dados que reúnem informações sobre diferentes tratamentos e sua eficácia em subgrupos de pacientes.

* SAÚDE DA MULHER

Plano Nacional da Saúde da Mulher

Criar um Plano Nacional da Saúde da Mulher para potenciar a investigação em em doenças que afetam desproporcionalmente as mulheres, como endometriose e síndrome dos ovários poliquísticos.

* SAÚDE DA MULHER

Implementação da Licença Menstrual

Implementar políticas que ofereçam licenças específicas (Licença Menstrual) para mulheres que enfrentam dores menstruais severas ou outras condições relacionadas, garantindo que possam descansar e recuperar sem penalizações.

* PREVENÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO DAS IST

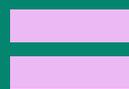
Desmistificar as IST

Implementar campanhas de sensibilização acerca da importância da deteção precoce e do tratamento das ISTs, focando em grupos de maior risco, e combater o estigma associado às ISTs, promovendo uma maior aceitação social.



A NOSSA MAIOR GARANTIA

CAPÍTULO 08



* PREVENÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO DAS IST

Pontos de rastreio em cada distrito

Criar pontos de rastreio em cada distrito, que ofereçam testes gratuitos, anónimos e confidenciais para ISTs, incluindo HIV, sífilis, gonorreia e clamídia. Esses centros devem ser acessíveis, acolhedores e ter horários flexíveis.

* PREVENÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO DAS IST

Melhorar os sistemas de vigilância epidemiológica

Garantir a recolha de dados precisos sobre a prevalência e a transmissão de ISTs.

* ACESSO EQUITATIVO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

Aumentar a participação direta de medicamentos essenciais

Assegurar que as pessoas com menores rendimentos tenham acesso a fármacos independentemente das suas condições financeiras.

* ACESSO EQUITATIVO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

Saúde nas universidades

Criar gabinetes geridos por profissionais de saúde e integrando alunos de medicina em estágio avançado. Estes gabinetes poderiam oferecer consultas de saúde primária e serviços de apoio psicológico, visando facilitar o acesso a cuidados para estudantes deslocados e promover a formação prática de futuros profissionais de saúde.

* ACESSO EQUITATIVO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

Por mais cuidados de saúde oral e visual no SNS

Ampliar a oferta de cuidados de saúde oral e visual no SNS, garantindo que esses serviços sejam acessíveis a toda a população.

* ACESSO EQUITATIVO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

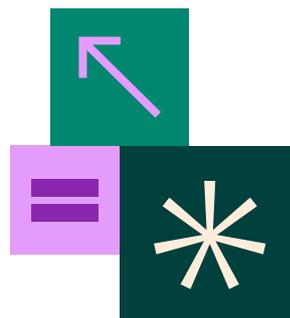
Saúde em todas as regiões

Desenvolver um programa específico para regiões de baixa densidade que inclua a mobilização de equipas de saúde móveis e a utilização de telemedicina para atender às necessidades da população.

* ACESSO EQUITATIVO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

Saúde trans no SNS

Descentralizar o serviço de cirurgias de reatribuição sexual no SNS, dada a insuficiência da oferta, distância e listas de esperas, promovendo assim uma maior oferta de cuidados de saúde LGBTQIA+. Incluir no currículo dos estudantes de Medicina a formação curricular que aborde as mudanças de género e que assegure a inclusão efetiva dos assuntos trans nos planos dos cursos na área da saúde.





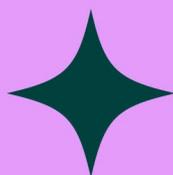
Interligar Portugal

MOBILIDADE



*“ Eu vim de longe
De muito longe
O que eu andei pra aqui chegar
(...)
E então olhei à minha volta
Vi tanta esperança andar à solta ”*

EU VIM DE LONGE,
JOSÉ MÁRIO BRANCO





“Por cada euro que investimos em transportes públicos, criamos empregos, poupamos milhares de euros por ano para cada viajante e reduzimos drasticamente as emissões de gases com efeito de estufa”

BERNIE SANDERS

Interligar Portugal

Conectar pessoas e bens é uma necessidade de uma sociedade cada vez mais dinâmica, que, fruto dos tempos, se vê obrigada constantemente a movimentar-se pelo seu território, mas que se encontra refém de uma oferta de serviços ainda precária, que os obriga a manter uma dependência incomensurável do transporte individual. Nos últimos anos, Portugal tem testemunhado um crescimento significativo no que concerne ao desenvolvimento e expansão do seu sistema de transportes públicos, em grande medida influenciado pela entrada na agenda política nacional e europeia da necessidade de combate às alterações climáticas. Numa era marcada pela urbanização crescente e pela necessidade urgente de combater as alterações climáticas, pensar a

mobilidade de forma estratégica e integrada torna-se uma prioridade. Garantir uma rede de transportes que funcione de forma contínua e coerente entre diferentes zonas urbanas e rurais é essencial para o desenvolvimento económico equilibrado do país e para a redução das assimetrias territoriais. **É a hora!**

TRANSPORTE PÚBLICO



Revolução das Redes de Transportes Públicos Regionais

Elaboração de um estudo pelas CCDR sobre carências de mobilidade pública e coletiva. Com base nesse levantamento de necessidades, propõe-se a criação de uma rede de transportes públicos regionais, composta por transporte coletivo rodoviário, ferroviário e transporte a pedido, com o intuito de ligar todas as sedes de concelho às capitais de distrito mais próximas, com diferentes horários por dia, alicerçada em soluções verdes e sustentáveis.



INTERLIGAR PORTUGAL

CAPÍTULO 09



* MOBILIDADE

Transporte ferroviário 24h

Alargar a oferta de transporte ferroviário noturno, garantindo um serviço ininterrupto 24 horas, especialmente em áreas metropolitanas - complementar os atuais horários noturnos, garantindo mobilidade para trabalhadores de turnos e jovens. Proposta articulada com o Plano Nacional Ferroviário e práticas de mobilidade sustentável.

* MOBILIDADE

Ligações de alta velocidade

Concretizar efetivamente ligações prioritárias de alta velocidade a Espanha.

* MOBILIDADE

Reativação do Troço Pocinho-Barca de Alva

Efetivar a reativação do Troço Pocinho-Barca de Alva, sendo que é em Barca de Alva que se observa o maior fluxo turístico em postos de turismo. A criação de planos de mobilidade, juntamente com o Turismo de Cruzeiro, poderá ser um grande vetor de desenvolvimento.

* MOBILIDADE

Ligações ferroviárias internacionais

Promover ligações ferroviárias internacionais como, no Alentejo, a ligação de Marvão a Espanha (Ramal de Cáceres).

* MOBILIDADE

Linha do Vale do Sousa e Trás os Montes

Efetivar a construção da Linha do Vale do Sousa

para fortalecer a conexão entre as cidades do Vale do Sousa e o Porto e efetivar a linha Trás os Montes.

* MOBILIDADE

Sud Express e Lusitânia

Reativar os comboios noturnos Sud Express (Lisboa-Hendaye) e Lusitânia (Lisboa-Madrid), fortalecendo as ligações internacionais com França e Espanha de forma a promover a mobilidade sustentável, reduzindo a pegada de carbono, e estando alinhada com as políticas europeias de promoção do transporte ferroviário eficiente e ecológico.

* MOBILIDADE

Ferrovia em Portugal Inteiro

Ferrovia em todas as sedes de distrito.

* MOBILIDADE

Ligar as linhas de alta velocidade aos aeroportos

Ligar as linhas de alta velocidade aos aeroportos do Porto e Faro e dotar o futuro aeroporto de Lisboa de equivalente ligação.

* TRANSPORTES PÚBLICOS

Melhorar as redes de transportes públicos urbanos

Expandir o programa “Incentiva + TP”, melhorando a forma de financiamento e promovendo uma maior articulação estratégica entre as Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais.



* MOBILIDADE

Transporte a Pedido

Promover o transporte a pedido/flexível, junto dos autarcas de pequenas e médias cidades, assegurando a sustentabilidade do serviço e ampliando a acessibilidade para regiões onde um sistema de mobilidade convencional não seria viável.

* MOBILIDADE

Mobility-as-a-Service

Desenvolver uma aplicação que integre todos os meios de transporte público, facilitando a compra de bilhetes e o planeamento de rotas.

* TRANSPORTES PÚBLICOS

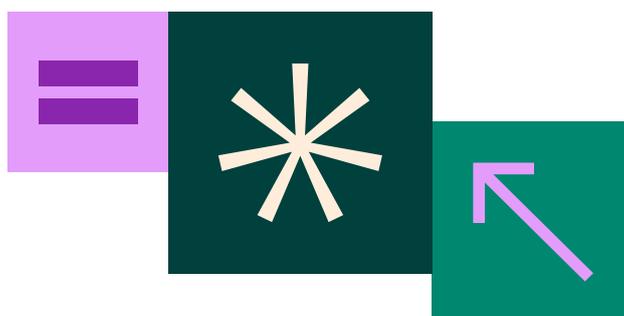
Frota de transportes públicos elétricos

Substituir progressivamente o material circulante poluente por veículos elétricos ou movidos a energias limpas (hidrogénio, biocombustíveis) por uma Frota de Transportes Públicos Elétricos.

* TRANSPORTES PÚBLICOS

Incentivos ao Uso de Transportes Públicos e Mistos

Aumentar as taxas dos parquímetros em áreas com boas alternativas de transporte público, desincentivando o uso de transporte individual. Reduzir o preço dos parquímetros em zonas que promovam o uso combinado de transporte público e individual, incentivando a adoção de soluções de mobilidade mistas.





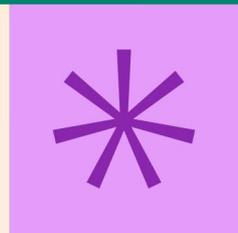
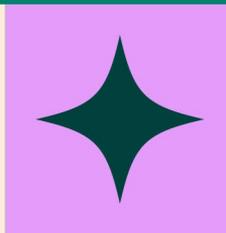
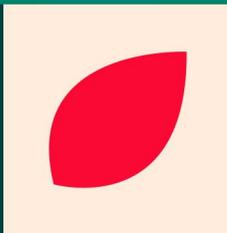
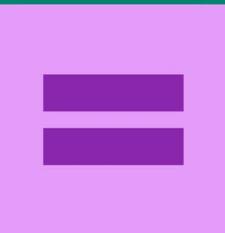
Unir Latitudes

COESÃO TERRITORIAL



*“Eu vi este povo a lutar
Para a sua exploração acabar
Sete rios de multidão
Que levavam a História na mão”*

EU VI ESTE POVO A LUTAR
(CONFEDERAÇÃO),
JOSÉ MÁRIO BRANCO





“Portugal está coladinho ao mar,
mas continua a chamar ‘interior’
ao que está mais perto da Europa.
Será que pensamos bem?”

LUÍS REPRESAS

Unir Latitudes

A Constituição da República Portuguesa de 1976 consagrou o poder local democrático, cujas autarquias locais são as freguesias, municípios e regiões administrativas, e a autonomia regional dos Açores e da Madeira. As freguesias e os municípios são o garante do poder de decisão de proximidade, da afetação eficiente de recursos e da oferta de uma resposta eficaz às populações.

Nesse sentido, a regionalização administrativa é o caminho que falta cumprir para a concretização de uma maior coesão territorial que diferencie as especificidades e vantagens competitivas de cada região, discrimine positivamente as políticas públicas implementadas e respeite a identidade de cada território.

A salvaguarda e aprofundamento da autonomia regional, a par da concretização da regionalização administrativa, são o garante para a construção de um Portugal mais coeso e igual. Para o conseguirmos vamos

mobilizar-nos para a construção de políticas públicas que respondam aos desafios da interioridade, da insularidade e do despovoamento do território.

O Partido Socialista é hoje o maior partido autárquico português, governa a maioria das freguesias e a maioria dos municípios portugueses. 2025 é um ano decisivo e determinante para a afirmação do projeto autárquico do PS, no qual a JS tem um papel preponderante e decisivo, quer no rejuvenescimento das listas candidatas, quer na construção de novas propostas autárquicas. Só assim venceremos as Autárquicas 2025 e conseguiremos rejuvenescer os órgãos autárquicos.

GOVERNO DAS AUTARQUIAS



Reforma da Lei Eleitoral Autárquica

Queremos reformar a Lei Eleitoral Autárquica para trazer mais equilíbrio e transparência às nossas autarquias. A proposta reforça o papel das Assembleias Municipais, dotando-a de poderes, entre outros, como a eleição do executivo da Câmara Municipal, a possibilidade de se votar moções de censura construtiva e garantido uma efetiva fiscalização do executivo municipal.



* ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Regionalização

Abrir caminho à Regionalização Política, dotando as estruturas intermédias do Estado de legitimidade democrática. Elaborar uma proposta equilibrada, próxima, sustentável e estudada sobre um novo modelo de Regionalização a levar a Referendo e promover uma campanha informada, que garanta o esclarecimento cabal da população.

* ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Reforço das competências e financiamento das CCDRs

Reforçar, no curto prazo e de forma transitória até à Regionalização Política, a autonomia das CCDRs, com aumento das suas competências e financiamento.

* SISTEMA ELEITORAL

Reforma do Sistema Eleitoral

Elaborar, através do Gabinete de Estudos, uma proposta tecnicamente fundamentada de Reforma do Sistema Eleitoral que aproxime os eleitores dos eleitos, garanta a pluralidade e a representatividade dos territórios e das populações.

* AUTARQUIAS

Valorizar os titulares dos cargos públicos

Revisão das remunerações dos eleitos locais, no sentido de promover a dedicação plena às funções. Aumentar as horas de dispensa ao trabalho para o exercício de funções autárquicas.

* AUTARQUIAS

Orçamentos Participativos

Tornar obrigatório a realização de Orçamentos Participativos e Orçamentos Participativos Jovens em todos os municípios.

* AUTARQUIAS

Jovens em lugares elegíveis

Elaborar um compromisso nacional com o Partido Socialista para a inclusão de jovens em lugares elegíveis (assembleias municipais, assembleias de freguesia, câmaras municipais) nas eleições autárquicas.

* AUTARQUIAS

CMJ

Garantir a constituição dos Conselhos Municipais da Juventude (CMJ) em todos os municípios, promovendo que, seja qual for o território, os jovens tenham voz em sede própria sobre questões de políticas de juventude.

* AUTARQUIAS

Assembleias Municipais Jovens

Promover um mecanismo que inclua orientações práticas, protocolos entre municípios e escolas, campanhas de sensibilização, apoio técnico e financiamento específico.

* COESÃO TERRITORIAL

Redes para o futuro sustentável

Incentivar projetos financiados por fundos europeus que conectem o sistema científico-



tecnológico e o tecido produtivo, promovendo inovação colaborativa e transferência de conhecimento. Priorizar iniciativas que fortaleçam a competitividade empresarial, gerem impacto económico, social e ambiental sustentáveis, assegurando a continuidade dos benefícios após o término do financiamento.

*** COESÃO TERRITORIAL**

Produtos e serviços endógenos

Reforçar os programas existentes, como os PROVERE e os incentivos do Portugal 2030, aumentando a dotação para iniciativas de inovação e comercialização de produtos e serviços endógenos. Esta medida visa potenciar recursos locais, promovendo competitividade, sustentabilidade e valorização económica nos territórios de baixa densidade, alinhada com as políticas nacionais.

*** COESÃO TERRITORIAL**

Plataformas regionais colaborativas

Criar plataformas regionais colaborativas ao nível das NUTS II, reunindo empresas, instituições científicas e sociedade civil. Estas plataformas identificaram projetos estratégicos para captar financiamento do Portugal 2030, promovendo inovação, emprego qualificado e sustentabilidade, com foco em indústrias de elevado valor acrescentado.

*** COESÃO TERRITORIAL**

Convergência territorial

Aumentar a alocação de fundos de coesão para territórios de baixa densidade, integrando metas claras de convergência económica e demográfica.

*** COESÃO TERRITORIAL**

Consolidar alterações nas CCDR

Consolidar as recentes alterações nas funções das CCDR, assegurando a continuidade da autonomia no planeamento e execução dos fundos de coesão.

*** REGIÕES E COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

Fronteiras sem barreiras

Propor a criação de um programa governamental que promova intercâmbios entre jovens de regiões fronteiriças, financiando estágios, projetos culturais e educativos no país vizinho.

*** REGIÕES E COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

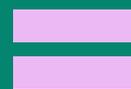
Pontes de cooperação transfronteiriça

Defender políticas de cooperação transfronteiriça através de protocolos entre Governos, Câmaras Municipais e Assembleias Municipais de regiões fronteiriças. Priorizar áreas como mobilidade, economia e educação, promovendo projetos conjuntos financiados por fundos europeus, como o INTERREG.

*** COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

Mobilidade de jovens entre regiões fronteiriças

Criar um fundo específico para subsidiar a mobilidade de jovens entre regiões fronteiriças, promovendo participação em eventos, formações e experiências de trabalho. Esta iniciativa poderá integrar o programa INTERREG.



* COESÃO TERRITORIAL

Mapa de oportunidades regionais

Realizar um estudo que mapeie os recursos endógenos de cada região, menos desenvolvida, destacando as áreas com maior potencial para gerar crescimento e atrair empresas. Este estudo ajudará a conectar o que as regiões têm de melhor com as necessidades das empresas, criando oportunidades e promovendo o desenvolvimento.

* POLÍTICAS DE PROMOÇÃO

Academias de fronteira

Investir na modernização de Politécnicos e Faculdades em regiões transfronteiriças, reforçando infraestruturas, inovação pedagógica e parcerias internacionais. Promover cursos alinhados às necessidades locais e transfronteiriças, tornando estas instituições mais atrativas e competitivas.

* POLÍTICAS DE PROMOÇÃO

Fronteiras do Conhecimento

Criar, em cooperação com universidades, empresas e entidades públicas de ambos os lados da fronteira, centros de excelência transfronteiriça em Politécnicos e Faculdades destas regiões, focados em inovação, formação especializada e investigação aplicada.

* POLÍTICAS DE PROMOÇÃO

Incentivos de Competitividade Regional

Criar incentivos acrescidos para empresas em regiões de baixa densidade que invistam na indústria transformadora e inovação tecnológica, gerando emprego qualificado e atratividade externa.

* AUTONOMIA REGIONAL

Simplificação do Subsídio Social de Mobilidade

Simplificar o Subsídio Social de Mobilidade para estudantes deslocados, permitindo que o/a estudante pague exclusivamente o valor do subsídio aquando da compra do(s) bilhete(s).

* AUTONOMIA REGIONAL

Melhoria dos transportes públicos nas Regiões Autónomas

Alargar a rede e os horários de transportes públicos das Regiões Autónomas, nomeadamente o transporte marítimo.

* AUTONOMIA REGIONAL

Incentivos fiscais à fixação de jovens no território

Incentivar a fixação dos jovens nas Regiões Autónomas, através de um conjunto de incentivos fiscais aos jovens trabalhadores e nomeadamente aos jovens agricultores.

* AUTONOMIA REGIONAL

Fixação de empresas nas Regiões Autónomas

Propor a criação de incentivos para que empresas nacionais e internacionais implementem o teletrabalho com jovens residentes nos Açores e Madeira, promovendo uma economia digital que permita a manutenção dos postos de trabalho sem obrigar a sair das suas ilhas.



* AUTONOMIA REGIONAL

Apostar no Empreendedorismo nas Regiões Autónomas

Propor a criação de um fundo nacional específico para apoiar o empreendedorismo jovem nas regiões autónomas, com condições de financiamento favoráveis (linhas de crédito com juros baixos ou a fundo perdido), especialmente para projetos nos setores mais expressivos como o turismo, agricultura e economia do mar.

* AUTONOMIA REGIONAL

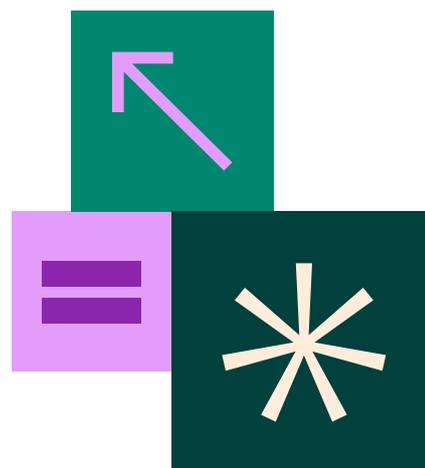
Programa de incentivo ao regresso dos estudantes deslocados das Regiões Autónomas

Propor o desenvolvimento de programas que incentivem os jovens açorianos e madeirenses que estudam fora das ilhas a regressar e trabalhar nas suas regiões de origem, através do acompanhamento durante o percurso académico fora da região, assim como incentivos financeiros no regresso à respetiva região e oportunidades de carreira.

* AUTONOMIA REGIONAL

Incentivos à fixação de jovens criadores nas Regiões Autónomas

Defender a criação de subsídios para jovens artistas e criadores, permitindo o desenvolvimento de projetos culturais e artísticos, que fortaleçam a identidade regional e promovam a inclusão social.





O importante não é viver, mas viver bem!

CULTURA, DESPORTO
E ASSOCIATIVISMO



“ Quando dizem que isto é tudo treta
O que faz falta
O que faz falta é agitar a malta
O que faz falta ”

O QUE FAZ FALTA,
ZECA AFONSO





“O ser humano cultivado é feito de papel.”

JOSÉ SARAMAGO



O importante não é viver, mas viver bem!

A cultura, o desporto e o associativismo enfrentam diversos desafios estruturais que requerem uma resposta ambiciosa e integrada: o combate à precariedade e à democratização o acesso (e produção) da cultura; a carência de modalidades adaptadas, a falta de valorização do desporto, o desequilíbrio na distribuição de infraestruturas e a escassez de programas inclusivos comprometem a adesão generalizada à prática desportiva; a necessidade de incentivar a população à participação cívica voluntária, assim como a importância da capacitação dos dirigentes das associações para uma boa gestão, direcionada ao serviço da comunidade e do País.

Precisamos de criar um sistema mais acessível, sustentável e competitivo, posicionando estes três setores como as forças motrizes para o bem-estar, a coesão social e o reconhecimento internacional de Portugal. **É a hora!**

DESPORTO



Refundação do Desporto Escolar

Reformar todo o sistema de desporto escolar, onde em cada distrito, em cooperação com as federações desportivas, se garanta a existência, para todos os alunos, com transporte assegurado, de todas as modalidades olímpicas. Acompanhado de um reforço significativo da dotação financeira.

* DESPORTO ESCOLAR / UNIVERSITÁRIO

Incentivo ao desporto universitário

Incentivar a integração do Desporto Universitário no Currículo Académico através de um programa de créditos extracurriculares atribuídos a atletas universitários e a estudantes que participem em eventos desportivos, reconhecendo e valorizando o empenho desportivo e associativo.

* DESPORTO ESCOLAR / UNIVERSITÁRIO

Programa de Mentoria e Voluntariado Desportivo Universitário

Aplicar um Programa de Mentoria e Voluntariado Desportivo Universitário que possibilite que ex-atletas e/ou desportistas



O IMPORTANTE NÃO É VIVER, MAS VIVER BEM!

CAPÍTULO 11



experientes possam orientar os novos praticantes, numa mentoria alicerçada no treino, apoio à organização de competições e workshops sobre prática desportiva responsável.

* DESPORTO ESCOLAR / UNIVERSITÁRIO

Desporto escolar de excelência

Implementar parcerias entre escolas e associações desportivas locais, permitindo que os alunos acedam a treinadores certificados e estruturas desportivas adequadas durante o horário escolar.

* ALTO RENDIMENTO

Estatuto de Atleta de Alta Competição

Introdução de um novo nível na categorização de atletas de alta competição, o nível D, que permita atribuir o estatuto de atleta de alta competição a atletas que se apurem para as fases finais dos campeonatos nacionais, promovendo a flexibilização da vida académica/profissional e desportiva.

* ALTO RENDIMENTO

Conciliação Alto Rendimento e Percurso Académico

Aumentar o número de escolas pertencentes à rede que fazem parte das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola, conferindo-lhes maior transversalidade territorial.



* E-SPORTS

Regulamentação dos E-Sports

Regulamentar os E-Sports, estabelecendo um quadro regulatório que permita o crescimento da modalidade, mas que proteja os atletas e as organizações de situações de incumprimento, nomeadamente por parte dos patrocinadores.

* ÉTICA DESPORTIVA

Combate à Dopagem

Intensificar as campanhas de sensibilização em escolas e clubes sobre os riscos e consequências da dopagem, com foco na ética desportiva. Consagrar parcerias com laboratórios nacionais e internacionais para intensificar a frequência e a qualidade dos controlos antidoping.

* ÉTICA DESPORTIVA

Reforço da Autoridade de Prevenção e Combate à Violência no Desporto

Reforçar as competências e abrangência da APCVD, nomeadamente com reforço do orçamento e um maior alcance no número de agentes desportivos, permitindo mais ações de sensibilização e maior fiscalização na violência e racismo no desporto.

* DESPORTO E BEM-ESTAR

Monitorização da atividade física

Desenvolver uma plataforma nacional de atividade física acessível às escolas e clubes, com registos de atividades, calendários de eventos e monitorização de métricas de saúde.



O IMPORTANTE NÃO É VIVER, MAS VIVER BEM!

CAPÍTULO 11



* DESPORTO E BEM-ESTAR

Incentivo fiscal à prática desportiva

Aumentar o valor dedutível para 50% em sede de IRS para despesas relacionadas com práticas desportivas, como inscrições em clubes, ginásios e compra de equipamento desportivo.

* DESPORTO E BEM-ESTAR

Incentivo fiscal à prática desportiva adaptada

Majorar as deduções fiscais existentes em sede de IRS para modalidades de desporto adaptado, incentivando a inclusão de pessoas com deficiência em atividades desportivas.

* ASSOCIATIVISMO

Estatuto de Dirigentes Associativos

Assegurar um reforço do crédito de horas e dos incentivos fiscais, bem como o reforço da formação e dos direitos dos dirigentes.

* ASSOCIATIVISMO

Regular o Voluntariado

Regular o Voluntariado, impedindo que verdadeiros postos de trabalho sejam preenchidos por supostos voluntários, muitas vezes ludibriados, nomeadamente em Festivais.

* ASSOCIATIVISMO

Promoção e valorização do Voluntariado

Criar centros de voluntariado e fomentar os locais de voluntariado existentes, através

da sua formalização e permitindo uma maior abrangência territorial. Valorizar as competências adquiridas, através de sistemas de certificação das competências adquiridas através do voluntariado, para que os voluntários possam utilizar essa experiência como referência no mercado de trabalho ou em processos académicos.

* ASSOCIATIVISMO

Simplificação dos mecanismos de financiamento ao associativismo

Simplificar os procedimentos administrativos de atribuição de financiamento ao associativismo através da sua automaticidade. Isenção de custas e internalização do apoio jurídico no IPDJ.

* ASSOCIATIVISMO SUSTENTÁVEL

Benefícios fiscais às práticas sustentáveis

Alargar os benefícios fiscais a que as Organizações Não Governamentais Ambientais (ONGAs) têm acesso a todas as associações sem fins lucrativos que adotem práticas de sustentabilidade ambiental. Estas associações beneficiarão de um desconto de 0,5% no IRS.

* ASSOCIATIVISMO

Associativismo Inclusivo

Criação de interseções entre a comunidade migrante e o movimento associativo.



O IMPORTANTE NÃO É VIVER, MAS VIVER BEM!

CAPÍTULO 11



* ASSOCIATIVISMO

Assegurar serviços de consultoria jurídica gratuitos para associações sem fins lucrativos

Assegurar serviços de consultoria jurídica e contabilística gratuitos para associações sem fins lucrativos que precisem de orientação sobre questões legais, como alteração de estatutos, registo de documentos ou contratação de pessoal.

* CULTURA

Rever a Lei do Mecenato

Rever a Lei do Mecenato tornando-o mais simples e atrativo para potenciais investidores.

* CULTURA

Autonomizar o regime de benefícios fiscais para o Mecenato

Autonomizar o regime de benefícios fiscais para o Mecenato e garantir a transparência de todo o processo permitindo identificar os mecenas, a origem do financiamento e o seu montante, assim como as instituições/artistas beneficiadas.

* FINANCIAMENTO DA CULTURA

1% para a Cultura

Manter a trajetória ascendente de aumentos das verbas direcionadas para a cultura nos Orçamentos de Estado (com o objetivo a que este valor atinja o 1% do OE, a curto prazo).

* FINANCIAMENTO DA CULTURA

Financiamento para projetos culturais/artísticos

Criar um programa de apoios cofinanciados pelo público e privado para projetos culturais/artísticos de artistas individuais ou de instituições culturais.

* CULTURA

Residências artísticas internacionais

Lançamento de um programa de residências artísticas que incentiva a mobilidade de artistas portugueses no estrangeiro e receba artistas internacionais em Portugal.

* CULTURA

Cartão Cultura Jovem

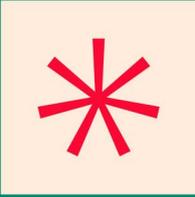
Implementação de um cartão cultural exclusivo para jovens, com descontos e acessos gratuitos a museus, teatros, cinemas e concertos.

* CULTURA

Centro Nacional de Inovação Cultural

Criação de um centro de inovação para apoiar artistas e instituições culturais na exploração de novas tecnologias e meios digitais.





É A SOFIA PEREIRA **HORA!**



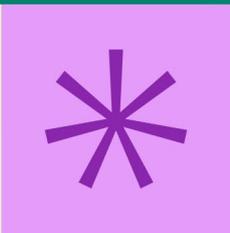
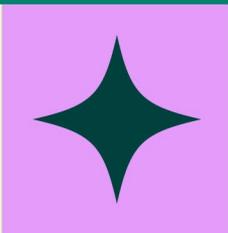
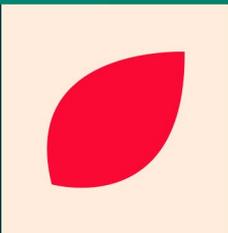
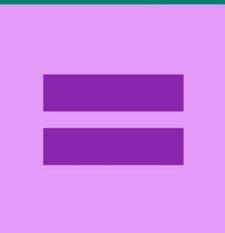
Bella Ciao

DEMOCRACIA



*“E agora, o povo ergue-se e luta
Com voz de gigante, gritando avante
O povo unido jamais será vencido...”*

O POVO UNIDO JAMAIS
SERÁ VENCIDO, LUÍS CILIA





“Os verdadeiros democratas não são aqueles histéricos que exigem isto e reivindicam aquilo, que dizem que precisamos de não sei quê e que vamos todos morrer estúpidos se não fizermos não sei que mais. São os que vivem e deixam viver. São os que respeitam as opiniões, as excentricidades e as manias dos outros, sem ceder à tentação de os desconvencer à força”

MIGUEL ESTEVES CARDOSO

Bella Ciao

No Velho Continente, berço da democracia, temos assistido a afrontas graves ao modelo democrático - cunhado de democratic backsliding na Academia. Somam-se, nestes países, os assaltos ao Estado de Direito, as revisões constitucionais avulsas de modo a reforçar os poderes das elites no poder e a proporcionar maiorias aos partidos de Governo, o saneamento de juízes nos tribunais superiores de modo a substituí-los por vassalos, o controlo musculado de órgãos de comunicação social e a sua utilização para propagandear a ação governativa. É neste conjunto de países europeus que vemos os direitos reprodutivos das mulheres cada vez menos consagrados, os direitos das minorias ignorados e menosprezados e os migrantes a serem constantemente vilipendiados e, em casos extremos, reprimidos com violência. Como se não bastasse fazerem-no a nível nacional, a extrema-direita procura desvirtuar a

essência da democracia nas instituições europeias, condicionando violentamente a aprovação de apoios à Ucrânia, instrumentalizando fluxos migratórios para pressionar países vizinhos a apoiar as suas ambições e violando sucessivamente o Direito da União Europeia e as decisões do Tribunal de Justiça da União.

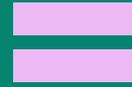
A extrema-direita combate-se com ideias. É a hora de nos posicionarmos na vanguarda desta luta e, por isso, definimos como prioritário neste mandato o combate à extrema-direita, procurando soluções estruturais e verdadeiramente efetivas que desmarquem integralmente o ideário racista, xenófobo e fascista.

REDES SOCIAIS



Combate às Deepfakes

Criar uma entidade reguladora que exija a identificação de conteúdos manipulados e imponha sanções rigorosas ao uso abusivo e investimento em tecnologias de deteção.



* TRANSPARÊNCIA E ÉTICA

Regulamentação do Lobbying

Propor um registo público de interesses e um código de conduta obrigatório para o lobbying.

* JUSTIÇA

Segredo de Justiça

Criar a figura do Responsável pelo Proteção do Segredo de Justiça nos órgãos de comunicação social e reforçar os meios e mecanismos de investigação da violação do segredo de justiça.

* IMPRENSA LIVRE

Combate à desinformação

Apoiar as entidades e organizações da sociedade civil que pratiquem a verificação de factos.

* DEMOCRACIA

Reforma do Sistema Eleitoral

Adotar o sistema eleitoral misto composto por círculos uninominais e um círculo de compensação.

* DEMOCRACIA

Combate ao populismo

Regular o discurso de ódio e mentira nas redes sociais, no plano nacional e europeu à semelhança do que acontece no Brasil.

* DEMOCRACIA

Voto aos 16 anos

Alargar a participação democrática dos jovens para os 16 anos por forma a potenciar a representação destes e criar hábitos de participação.

* DEMOCRACIA

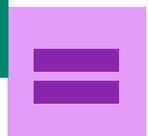
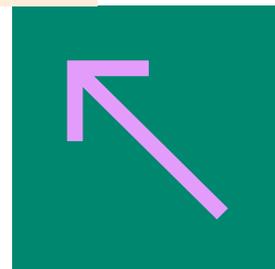
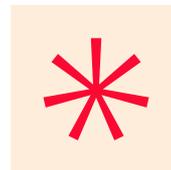
Dia da Democracia

Instituir um dia da Democracia, no qual aos 18 anos, todos os jovens, através das instituições de ensino, devem beneficiar de um dia da democracia recorrendo a debates entre os partidos; formação política, simulação de uma eleição.

* DEMOCRACIA

Democracia participativa

Diretiva para os Municípios alocar pelo menos 0,1% do seu orçamento anual para um orçamento participativo.





É A HORA!
SOFIA PEREIRA



No Justice, no Peace

EUROPA E MUNDO



“ *Da União Europeia, vários povos,
identidades culturais
Unidas num só terreno geográfico* ”

EUROFUNK, CHICO DA TINA





“A paz não pode ser imposta pela força. A paz só pode ser alcançada pela compreensão.”

ALBERT EINSTEIN

No Justice, no Peace!

O Projeto Europeu é a maior construção coletiva dos últimos séculos, representando um duradouro e inigualável momento de paz entre os povos europeus, bem como um inédito aprofundar dos laços socioeconómicos entre o conjunto de países que compõem a União Europeia. Desde o início da integração europeia, a livre circulação de pessoas é uma das quatro liberdades fundamentais. Mas não é menos certo que, em todo esse processo, a erosão das fronteiras internas assentou sempre no reforço das fronteiras externas. É esta dualidade que está no centro do debate sobre a questão da imigração e do asilo. A crise dos refugiados deixou a Europa dividida. Desde Schengen, os europeus perseguem o sonho de uma Europa sem fronteiras - mas não para todos.

Nos dias que correm a guerra ocupa, uma vez mais, um plano central na

geopolítica - desde a invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa, ao genocídio que Israel comete na Palestina, não esquecendo outros conflitos igualmente preocupantes, ainda que com menos exposição mediática, como é o caso do Norte de Moçambique ou Líbano. A autodeterminação dos povos encontra-se, também, na legitimidade da defesa face a um invasor opressor. Defendemos o oprimido na sua resistência contra um invasor consideravelmente maior. **É hora de paz!**

MIGRAÇÕES



Nem mais uma morte no Mediterrâneo

A Europa tem falhado na proteção de vidas humanas ao ignorar mortes de milhares que arriscam tudo para sobreviver. É a hora de um sistema europeu de resgate e salvamento que atue com rapidez e humanismo, fundamentado no direito internacional e na solidariedade. Propomos uma cooperação reforçada entre estados-membros e a mobilização de recursos comuns em torno de uma agência



NO JUSTICE, NO PEACE!

CAPÍTULO 13



dedicada ao salvamento marítimo. Propomos uma Europa que não exporte imigrantes para a Albânia, Uganda ou Turquia, sabendo honrar sempre neste espaço de valores o pleno respeito pelos direitos humanos. Concomitantemente, importa visitar o Pacto para as Migrações, reforçando os direitos dos migrantes no espaço europeu.

* EUROPA

Mecanismo de avaliação das capacidades individuais dos trabalhadores migrantes

Iniciar a discussão sobre um mecanismo de avaliação das capacidades individuais dos trabalhadores migrantes que chegam à União Europeia, com o objetivo de serem direcionados para profissões relacionadas com os seus currículos. Este mecanismo deve ter em vista as necessidades individuais de cada Estado Membro em matéria de força de trabalho, capacidades individuais e reunificação das famílias migrantes.

* EUROPA

Reforçar o papel do Banco Europeu de Investimento

Impulsionar projetos de financiamento conjunto por parte dos Estados-Membros, no sector público e empresarial para projetos estruturalmente reformadores.

* ENSINO SUPERIOR

ERASMUS +

Reforçar o financiamento do programa ERASMUS + em sede do orçamento da União

* EUROPA

Building Europe Together

Considerar o interesse estratégico e as necessidades de investimento das diferentes geografias da União, propõe-se o lançamento de um plano de investimento público de larga escala, aplicando as conclusões e reflexões decorrentes do Relatório Draghi.

* EUROPA

Estudo de políticas públicas europeias do investimento público

Elaborar um estudo de políticas públicas europeias do investimento público que identifique e ultrapasse as dificuldades na execução deste nos diferentes Estados Membros.

* EUROPA

Transparência tributária

Assegurar que os impostos sobre lucros são cobrados no país onde estes foram criados, construindo sobre a implementação do Imposto Mínimo Global.

* EUROPA

Valorizar o peso dos fundos ESF+ no orçamento da UE

Fomentar um programa de financiamento e construção de creches e pré-escolares em toda a UE.

* EUROPA

Limites do défice

Promover uma revisão do limite de défice orçamental anual na UE.



NO JUSTICE, NO PEACE!

CAPÍTULO 13



* GLOBAL

Fim dos paraísos fiscais na União Europeia

Assegurar uma justa taxação dos grandes lucros produzidos em cada Estado Membro.

* EUROPA

Defender uma revisão aos Estatutos e da política económica do Banco Central Europeu (BCE)

Alterar o processo de nomeação do Presidente do BCE, através de aprovação pelo Parlamento e pelo Conselho.

Pugnar pela prestação de contas e transparência da política económica do BCE no Parlamento Europeu e Conselho, aliado ao debate sobre a legitimidade política do BCE.

Atribuir competências além da manutenção das taxas de inflação, forçando-o a ter em consideração a degradação da situação económica e social dos EM, no exercício do seu mandato.

* GLOBAL

Reconhecimento do Estado da Palestina

Reconhecer o Estado da Palestina, em concordância com o Direito Internacional e em sintonia com a sua posição histórica, e apelar a um cessar fogo e a uma solução de coexistência dos dois Estados.

* GLOBAL

Cessar-fogo imediato

Pugnar pelo cessar-fogo imediato na Ucrânia, Médio Oriente, Nagorno-Karabakh e África.

* GLOBAL

Reforço do apoio humanitário

Incrementar o financiamento e recursos à

disposição das organizações humanitárias internacionais.

* GLOBAL

Compromisso com o eixo atlântico

Reforçar o compromisso com o eixo atlântico da política externa portuguesa e a participação plena na NATO.

* EUROPA

Reforço da capacidade militar europeia

Autonomizar um verdadeiro polo geopolítico europeu.

* EUROPA

Reforçar a democraticidade das instituições europeias

Reforçar os poderes do Parlamento Europeu enquanto instituição democrática por excelência e refletir sobre a eleição direta do Presidente da Comissão Europeia.

Revisão das regras eleitorais europeias e do sistema partidário e parlamentar europeu.

* EUROPA

A expansão do Fórum Europa

Reforçar o sentimento europeísta da JS e pugnar pela discussão da Europa para além dos momentos de sufrágio para o Parlamento Europeu.

* CPLP

Estrutura de diálogo entre países da CPLP

Criar uma estrutura juvenil com o conjunto de instituições homólogas da nossa família política dos diversos países da CPLP.



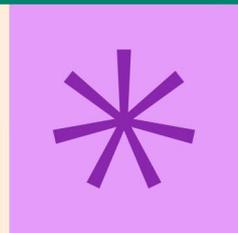
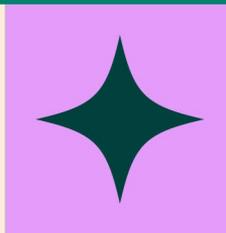
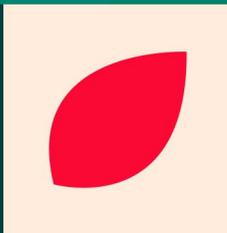
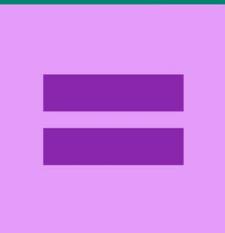
Militância 24/7

ORGANIZAÇÃO



*“ Há sempre qualquer coisa que
eu tenho que fazer
Qualquer coisa que eu devia resolver
Porquê, não sei
Mas sei
Que essa coisa é que é linda ”*

INQUIETAÇÃO, JOSÉ MÁRIO BRANCO





“Mais idealismo socialista e menos apparatchik, mais debate político e menos marketing, mais culto pelos valores éticos e menos boys que só pensam em ganhar dinheiro e promover-se.”

MÁRIO SOARES

Militância 24/7!

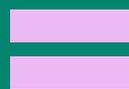
A história da Juventude Socialista está intrinsecamente ligada à da democracia portuguesa, tendo sido fundada logo após a Revolução de Abril, nos primeiros dias de maio de 1974. Tendo celebrado este ano o seu cinquentenário, a Juventude Socialista é a juventude partidária mais antiga do país. Ao longo destas cinco décadas, a Juventude Socialista tem sabido renovar-se e atualizar-se permanentemente, sem perder a sua identidade, princípios e valores. É isso que se exige hoje, mais uma vez.

Queremos uma Juventude Socialista orgulhosa de si própria e dos seus militantes, próxima das suas bases e dos seus dirigentes, interventiva, dialogante e cooperante com as forças vivas da juventude, os movimentos sociais, as associações académicas e de estudantes, os sindicatos e as comissões de trabalhadores, as organizações que partilham das nossas lutas e o tecido associativo local, recreativo, desportivo e cultural.

Queremos uma Juventude Socialista mais moderna, ágil e comunicativa, seja nas ruas, seja na imprensa ou nas redes sociais, com uma visão consequente e prática, alicerçada numa estratégia progressista, informada e que valorize as boas práticas internas. São, por isso, prioridades a formação e capacitação; comunicação interna e externa; relação entre as estruturas; gestão da qualidade e digitalização.

Queremos uma Juventude Socialista capaz de levar avante uma política positiva, propositiva e ambiciosa, a olhar para o futuro. Queremos uma Juventude Socialista orgulhosa da sua história, da sua identidade e dos seus valores, que pugne por ser aquilo que sempre foi: uma estrutura plural, aberta e irreverente, de homens e mulheres livres que aceitam oferecer, circunstancialmente e segundo exigências de uma ética de responsabilidade, o seu empenhamento político.





PROXIMIDADE



JS sai à Rua!

Fazer da Juventude Socialista uma organização que sai à rua, que se mobiliza, trabalha, dialoga e coopera com os movimentos sociais, com as organizações da sociedade civil que partilhem lutas comuns (feministas, antirracistas, ecologistas, pró-direitos LGBTI+, entre outras) com as estruturas representativas dos estudantes, dos trabalhadores e dos territórios, por meio de encontros, reuniões, iniciativas e através da participação em marchas, manifestações e outras ações coletivas.

* PROXIMIDADE

Roteiros de proximidade

Realizar roteiros nacionais de proximidade e temáticos, que promovam a ligação das estruturas locais e regionais da Juventude Socialista com as forças vivas da juventude e do território.

* DESCENTRALIZAÇÃO

Reuniões e Iniciativas descentralizadas

Descentralizar as reuniões dos órgãos da Juventude Socialista (nomeadamente do Secretariado Nacional, da Comissão Nacional e das Organizações Autónomas) e as iniciativas em todo o território de Portugal Continental e nas Regiões Autónomas.

* DESCENTRALIZAÇÃO

Apoios às iniciativas federativas de âmbito nacional

Apoiar logística e financeiramente as iniciativas federativas desenvolvidas em colaboração com a estrutura nacional.

* PARTICIPAÇÃO E MILITÂNCIA

Kit do Militante

Desenvolver e disponibilizar a todos os militantes um Kit do Militante, em formato digital, que englobe os Estatutos e Regulamentos da Juventude Socialista, um Manual de instruções sobre procedimentos administrativos e uma pasta com conteúdos técnicos, políticos e ideológicos.

* PARTICIPAÇÃO E MILITÂNCIA

Apoios à participação

Desenvolver um Fundo de Solidariedade, que sirva de apoio à participação dos militantes nas iniciativas nacionais e que contemple a redução dos custos de participação diretos das iniciativas, bem como a comparticipação de bilhetes de transporte coletivo. Planeamento de boleias por transporte coletivo a nível nacional que sirva as estruturas locais e regionais na mobilização para os eventos nacionais, bem como a formulação de acordos entre a JS e as redes de transportes coletivos nacionais, nomeadamente rodoviárias e ferroviárias, que sirva de forma subsidiária o propósito.

* PARTICIPAÇÃO E MILITÂNCIA

Inclusão nas Iniciativas

Realizar iniciativas em locais com acessos adaptados a pessoas com mobilidade reduzida e auxílio à participação de pessoas com dificuldades auditivas, através de intérpretes de língua gestual portuguesa.



MILITÂNCIA 24/7

CAPÍTULO 14



* PARTICIPAÇÃO E MILITÂNCIA

Novo Cartão de Militante NFC

Assegurar o envio dos cartões de militante tradicionais, com a possibilidade de optar por um novo cartão de militante NFC, integrado e com ligação ao perfil do JS Hub, permitindo a sua identificação, personalização e comprovação do direito a benefícios como o Fundo de Solidariedade.

* MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA

Desmaterialização e simplificação dos processos

Aproveitar todo o potencial do JS HUB do ponto de vista administrativo, desmaterializando progressivamente todos os procedimentos, assegurando sempre a idoneidade e conformidade dos mesmos com a Lei, os Estatutos e os Regulamentos. Deve ser implementado um sistema de gestão de pedidos e consultas dos militantes aos serviços da Sede Nacional, rápido e intuitivo. Deve ainda ser elaborado um Manual que vise facilitar o acesso à informação sobre os procedimentos administrativos da Juventude Socialista, com recurso a explicadores claros e intuitivos, esquemático e vídeos.

* MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA

JS HUB - A Rede Social dos Militantes

Transformar por completo o JS HUB, aproveitando todo o seu potencial de aproximação dos militantes, concebendo-o como uma rede social para os militantes poderem partilhar ideias, opiniões e a sua própria experiência de militância. Para tal,

devem ser expandidas as capacidades de personalização do “Perfil” no JS Hub, permitindo aos militantes construir um perfil com a sua própria identidade, com os seus gostos, causas e paixões, com possibilidade para hiperligações e anexação de documentos, registo de atividades em que participou, entre outras possibilidades. Deve ainda ser dinamizada a secção “Debates” do JS Hub, convidando todos os militantes a contribuírem para a definição das prioridades políticas, propostas e posicionamento político da estrutura.

* MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA

Melhorar a versão mobile do JS HUB

Assegurar uma boa experiência de utilização do JS HUB na versão mobile, facilitando o acesso a todas as funcionalidades da plataforma.

* COMUNICAÇÃO

Renovação gráfica

Elaborar uma nova identidade gráfica, moderna e apelativa, adaptada à realidade atual, sem nunca deixar de refletir a identidade da Juventude Socialista, enviando o respetivo Kit de Imagem para cada estrutura Concelhia e Federativa. Atualizar todos os documentos da Juventude Socialista, consoante essa renovada linha gráfica.

* COMUNICAÇÃO

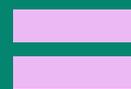
Produção e distribuição de novos materiais

Melhorar a rede de distribuição de materiais nacionais pelas estruturas federativas, assegurando desde já novos roll-ups, pastas



MILITÂNCIA 24/7

CAPÍTULO 14



e outros materiais com uma linha gráfica renovada e sem identificação temporal, a fim de serem enviados às estruturas federativas. Reaproveitar os materiais impressos utilizados em eventos nacionais, nomeadamente roll-ups e banners, gerindo os recursos de uma forma mais eficiente e tornando a estrutura ambientalmente mais sustentável.

* COMUNICAÇÃO

Formações de Comunicação

Aprofundar a Rede de Comunicação Nacional e fomentar a formação das estruturas locais para que possam comunicar em consonância com a estrutura nacional, numa perspetiva de maior proximidade ao território, integração e coerência.

* COMUNICAÇÃO

Aposta no vídeo

Apostar na produção de conteúdos de vídeo para o Instagram, Youtube, Tiktok e outras redes sociais emergentes. Elaborar um plano de presença nestas redes, com diferentes protagonistas, de forma articulada, para que possamos levar mais longe a mensagem da JS.

* JOVEM SOCIALISTA

Edições especiais do Jovem Socialista

Elaborar edições especiais, impressas, do Jovem Socialista, nomeadamente: 150 anos de Socialismo em Portugal - Fundação do PSP (10 de janeiro de 2025); 50 anos de Jovem Socialista (15 de setembro de 2025).

* JOVEM SOCIALISTA

Edições Digitais regulares

Lançar as edições digitais regulares a cada evento nacional.

* JOVEM SOCIALISTA

Renovação gráfica do Jovem Socialista

Renovar graficamente o Jovem Socialista, tornando-o mais profissional e atual. Criar um novo logótipo, que seja estável.

* JOVEM SOCIALISTA

Desenvolver, abrir e aproximar o Jovem Socialista

Desenvolver o site do Jovem Socialista, tornando-o num espaço de notícias da atualidade da estrutura. Continuar a desenvolver o arquivo do Jovem Socialista, digitalizando edições antigas. Dar espaço a novos protagonistas e democratizar a publicação de artigos de opinião. Desenvolver o Podcast do Jovem Socialista, dando-lhe uma maior regularidade e centralidade. Procurar entrevistar figuras das artes e da cultura, do desporto, dos movimentos sociais, das estruturas representativas dos estudantes e trabalhadores, bem como de outros setores e forças vivas da nossa sociedade.

* ESTUDOS E FORMAÇÃO

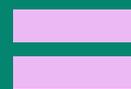
Plano de Ação Formativa

Elaborar um Plano que contemple a realização de eventos de formação e capacitação técnica, política e ideológica, presenciais e digitais. Assegurar ainda a disponibilização



MILITÂNCIA 24/7

CAPÍTULO 14



aos militantes, através do Kit do Militante, de uma pasta com manuais, explicadores, dados, estatísticas e textos políticos, permanentemente atualizados, orientados para o combate político.

* ESTUDOS E FORMAÇÃO

Novas Ideias

Estudar a criação de um think tank jovem que promova os valores e ideais do Socialismo Democrático e que promova o debate junto de aliados das nossas causas.

* INICIATIVAS

Avaliação da qualidade das iniciativas

Avaliar os eventos das estruturas da JS através de questionários pós-evento, com indicadores sobre: a organização, a temática, competências adquiridas, interatividade e pergunta aberta com oportunidades de melhoria.

* ORGÂNICA

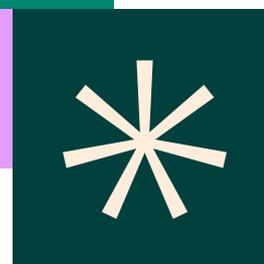
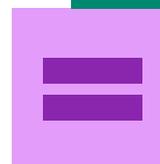
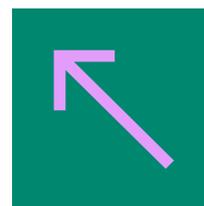
Redes de Causas

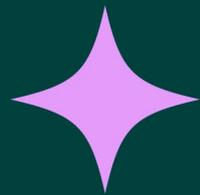
Constituir formalmente as Redes Antirracista, Feminista e LGBTQIA+.

* MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA

Inscrições online

Possibilitar a inscrição integralmente online, através do JS HUB, bastando apenas assinatura digital autenticada para efeitos de comprovação da identidade e da idoneidade do pedido de adesão.





MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA 2024-2026

Candidatura de Sofia Pereira
a Secretária-Geral da
Juventude Socialista

